



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº:	22.304 / 23
Rubrica	Fls: 2

Comprovante de Protocolização

Prezado(a) Senhor(a) **TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA**, comunicamos que o registro abaixo foi efetuado com sucesso e que o mesmo já foi encaminhado para o(s) devido(s) setor(es) competente(s) para as devidas providências

Protocolo: Processo Requerimento Nº 022304/2023

Origem: TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA

Rua DOS PASSOS, 1210 - CENTRO - São João da Barra - RJ - Brasil - CEP: 28200000 9999999999

Contato: TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA

Rua DOS PASSOS, 1210 - CENTRO - São João da Barra - RJ - Brasil - CEP: 28200000 9999999999

Protocolador: ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA

Assunto: RECURSO

Detalhamento: RECURSO

Informamos também que o andamento do mesmo pode ser acompanhado via internet. Para isso basta acessar o endereço abaixo ou escanear o QR CODE, e quando requerido, o identificador também deve ser informado para realizar a

Endereço: <https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Identificador f85b307d-e5f3-4cb5-80f3-4b5384bc52ed

Data: 22/08/2023



■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ.

Ref.: RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.319.674/0001-00, com sede na Rua dos Passos, 1210, Centro, São João da Barra/RJ, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, na forma do art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02 / art. 44, §1º do Decreto Federal nº 10.024/19, e respeitando o item 19 do Edital, à presença de Vossa Senhoria, a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão do digno Pregoeiro que habilitou e declarou vencedora a empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.917.918/0001-89, demonstrando o seu inconformismo pelos fatos, razões a seguir articuladas e mediante direito expostos a seguir:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Antes do enfrentamento do mérito da questão em comento, cumpre destacar a tempestividade destas razões de recurso, tendo em vista que os prazos dispostos no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02 e art. 44, §1º do Decreto Federal nº 10.024/19:

Lei nº 10.520/02

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

...

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Decreto Federal nº 10.024/19

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

...

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

(Destaque Nosso)

Nesse mesmo diapasão, sinaliza o item 19.2 do Edital. Vejamos:

19.2 Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos. (Destaque Nosso)

Sendo assim, em virtude de a declaração da vencedora acontecer no dia 16/08/2023, a data limite para interpor recurso se encerra no dia 21/08/2023, uma vez que, em se tratando de contagem de prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

I.I – DO DIRECIONAMENTO DO RECEBIMENTO DOS RECURSOS

Neste quesito, vale ressaltar que conforme o item 19.8, os recursos deverão serem dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Serviços Públicos. Vejamos:

19.8 Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral do Município. (Destaque Nosso)

II – DOS FATOS

A Administração Pública Municipal de Nova Friburgo/RJ instaurou o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 113/2023 objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM VEÍCULOS ADAPTADOS, OPERADOR/MOTORISTA E ELETRICISTAS, PARA QUE A CONTRATADA REALIZE OS SERVIÇOS DE TROCA DE LÂMPADAS EM TODO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, PELO PERÍODO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES.

Acudindo ao chamamento para o certame licitacional susografado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

No dia 28 de julho de 2023, esta recorrente participou do certame observando e cumprindo todas as regras editalícias. As 10hs (dez horas) o Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas.

Ato contínuo, abriu-se a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Após a etapa de lances, ofertou o menor preço a empresa EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.992.676/0001-62, no valor de R\$ 3.201.000,00 (três milhões, duzentos e um mil reais). Porém, no dia 02/08/2023, foi informado que esta estaria inabilitada por não comprovação e atendimento dos atestados de capacidade técnica item 18 do edital.

Ato contínuo, foi convocado a segunda colocada e aqui recorrida, ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E

LUMINOTECNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.917.918/0001-89, no valor de R\$ 3.318.500,00 (três milhões, trezentos e dezoito mil e quinhentos reais). Sendo assim, foi oportunizado a recorrida a apresentar no dia 03/08/2023, sua proposta realinhada.

No dia 09/08/2023, a Secretaria solicitante, equivocadamente aprovou a proposta da recorrida, que posteriormente foi solicitado a correção da proposta readequada, por diversos fatores.

No dia 10/08/2023, foi recebida a proposta readequada, incorreta diga-se de passagem, onde a Secretaria solicitante, equivocadamente aprovou a proposta da recorrida, que posteriormente foi solicitado a correção da proposta readequada, por diversos fatores. Porém, foi decidido pelo retorno a fase de desempate ME/EPP, em razão do empate ficto.

Ato contínuo, visto que, nenhuma empresa ofertou novo desconto, foi novamente aceita a proposta da recorrida, momento qual, esta recorrente manifestou e justificou sua intenção de recurso, que foi rejeitada.

Segundo entendimento do Douto Pregoeiro, o motivo da rejeição pautava que o mesmo poderia sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas. Pautou que erro de preenchimento da planilha de formação de preços, não constitui motivo suficiente para desclassificação de proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, conforme em seu entendimento, estaria seguindo o que preceitua o Acórdão nº 1.811/2014 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU).

Reaberto a sessão no dia 14/08/2023, foi convocada a recorrida para novamente a apresentar sua planilha readequada, que após sua apresentação, mais uma vez, foi constatada erros. Assim, foi oportunizado mais uma vez no dia 15/08/2023, que novamente apresentou planilha readequada errada.

Reaberto a sessão no dia 16/08/2023, após mais uma chance de apresentação de planilha readequada, que em nossa opinião ainda está errada, sendo a mesma considerada aceita, e consequentemente habilitada.

Sendo assim, não restou outra alternativa no qual manifestamos justificadamente a intenção de recurso, que hoje, apresentamos nossas razões recursais.

III – DOS PRINCÍPIOS INOBSERVADOS E DAS DIVERSAS CHANCES DADAS PARA CORREÇÃO DAS PLANILHAS:

O Pregoeiro e sua equipe de apoio ao habilitar e declarar vencedora a empresa recorrida, agiu de afogadilho, sem observar alguns detalhes da proposta e documentação de habilitação da recorrida, fazendo que não observasse aos preceitos que regem as licitações.

Não observou o princípio da isonomia, pois o edital veio dotado de regras claras e igualitárias para todas as licitantes sem direcionar privilégios, bem como, violou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, já que o edital é regra intransponível.

Sobreleva notar que o princípio da vinculação ao edital, que norteia todo o procedimento licitatório, incide tanto para a administração quanto para os licitantes, consequentemente, a não apresentação de documentos de forma correta por parte da licitante na fase de classificação e habilitação autoriza sua desclassificação ou inabilitação do certame, nos termos da Lei n. 8.666/93, por desprestígio as cláusulas do edital que, subsumindo-se em disciplina das regras de fundo e procedimentais da licitação, estabelece vínculo entre a Administração e os interessados nela em contratar.

Voltando ao princípio da isonomia, podemos afirmar que não aconteceu tratamento isonômico perante as concorrentes. Ter que corrigir mais de cinco vezes a mesma planilha, é óbvio que não há tratamento isonômico da Administração Pública, para com as demais licitantes.

Deste modo, aqui não podemos falar que isso é um resultado pela busca do menor preço, pois, se assim fosse, daria chance a primeira colocada para complementar a sua documentação.

É certo, que todo esse malgrado, vai influenciar na prestação dos serviços, já que uma empresa que não se dá o brio de ter mais cuidados na hora de readequar a sua planilha, o que esperar de seus serviços? Certamente, o mesmo zelo que teve na readequação da proposta, ou seja, nenhum.

E por falar em readequação das propostas, podemos afirmar que a mesma ainda continua errada, conforme será demonstrado nos próximos tópicos.

Frisa-se, que as exigências, ora defendidas, não se trata de formalismo exacerbado. Feitas essas análises, passemos então a verificar a situação trazida ao recurso em enfoque.

IV – DA INCONSISTÊNCIA DA PLANILHA READEQUADA

Antes do enfrentamento do mérito em questão, é importante afirmar que foram dadas mais de cinco chances para que a recorrida pudesse corrigir a planilha readequada e que mesmo assim, ainda hoje, persiste em erros.

O amparo dado pelo Acórdão nº 1.811/2014 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), não dá direito para que uma licitante deliberadamente, se descurve da responsabilidade de opor uma proposta feita com seriedade, no âmbito de que a cada erro o administrador te dê mais uma chance, sem qualquer propósito de uma hora, esta não ser aceita. Do jeito que foi, só faltou fazer no lugar da recorrida a readequação da proposta, já que por fim, teve que apontar diretamente o erro.

Considerando o entendimento que tanto a doutrina quanto a jurisprudência dominante “construíram”, é no sentido de que será possível a correção do teor daquela proposta, em cujo conteúdo se verifiquem vícios de natureza formal, sendo necessário a manutenção do valor global proposto. Até aí, tudo bem.

Segundo os ensinamentos de Marçal JUSTEN FILHO, os defeitos de uma proposta podem ser classificados em formais e substanciais.

São formais os defeitos relacionados aos requisitos de exteriorização da proposta. São substanciais aqueles pertinentes aos requisitos de conteúdo da proposta.

Um erro de soma pode ser um defeito meramente formal quando não traduzir nem importar um defeito substancial, conforme aqui o caso. Não é somente um erro de soma, é um erro de composição de planilhas e, os dados podem serem conferidos justamente em conjunto com a documentação apresentada.

Não precisamos ser nenhum expert contábil para notar que o erro persiste. É só analisar abstratamente e já dá para notar tal erro, conforme será desenvolvido nos próximos subtópicos.

IV.I – DA COMPOSIÇÃO ERÔNEA

Em fácil matemática, podemos notar que se compararmos os itens I, II, III e IV, há erros nas composições salariais para “bancar” os motoristas e eletricitas que irão ocupar os postos em cada veículo.

Falando rapidamente, o item I compõe duas equipes (uma em cada turno) contendo cada uma um motorista e um eletricista, obtendo o total de quatro pessoas. Posteriormente o item II compõe quatro equipes, já que são dois caminhões, sendo uma em cada turno, contendo cada uma um motorista e um eletricista, obtendo o total de oito pessoas.

Já nos itens III e IV, ambos para veículos, cada um compõe duas equipes (uma em cada turno) contendo cada uma

um motorista e um eletricitista, obtendo o total de quatro pessoas em cada.

Partindo dessa explanação preambular, é fácil contatar que metade das equipes irão trabalhar no turno noturno. Onde está contabilizado o adicional noturno? Não foi contabilizado isso.

Ainda falando sobre adicionais, podemos afirmar que não está previsto adicional de periculosidade para nenhum eletricitista.

Não seremos imprudentes para "pegar" uma Convenção Coletiva de Trabalho qualquer, para demonstrar que todas preveem que deve-se pagar o adicional de periculosidade para todos os eletricitistas que efetuam serviços em rede elétrica. Inclusive, seria de bom grado, o próprio pregoeiro ou o gestor da despesa, em sede de diligência, acessar qualquer uma e notar que todas tem essa previsão. Até porque, certamente para a formação dos preços base para a licitação, já fizeram isso.

Outro fato importante e não menos relevante, é que a recorrida zerou totalmente a incidência do ISSQN em sua planilha. A Prefeitura não irá tributar na fonte?

Outro item questionável é que enquanto a locação de um caminhão relativo ao item I, está custando três vezes mais dois caminhões em relação ao item II, já que enquanto o primeiro a recorrida colocou o valor do seu custo o montante de R\$ 20.650,05, dois caminhões do item II, custa cada um seis vezes mais barato, já que somado os dois, o montante fica em R\$ 6.270,17.

Não estamos aqui com o intuito de abaloar este certame e sim, de demonstrar os riscos que esta municipalidade corre em manter a contratação da recorrida, com as informações por ela mesma imposta.

IV.II – INCONSISTÊNCIA NA PLANILHA SALÁRIO DO ENGENHEIRO - ABAIXO DO VALOR NO CONTRATO

Ainda debatendo sobre as planilhas, é importante frisar que há uma total discrepância em relação a composição dos custos para a contratação do item V, qual seja, Engenheiro Eletricista.

Em sua planilha, a recorrida informa que o pagamento para custeamento do salário de seu Engenheiro Paulo Granato da Silva Castro, seria o valor de R\$ 2.183,75 (dois mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), menor do que até mesmo um técnico de segurança do trabalho, já que de acordo com a planilha da recorrida, seu técnico receberia o valor de R\$ 2.374,58 (dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Se analisarmos o que consta na Lei Federal nº 4.950 -A/66 em comum com as determinações do CREA e do CONFEA, no mínimo, se deve pagar a um engenheiro eletricitista o valor de cinco salários-mínimos, que convertido ao salário-mínimo vigente, cegariamos ao valor de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

Ainda pegando um "gancho" na própria documentação ofertada pela recorrida, é notório que de acordo com a Cláusula Quinta do contrato entre a recorrida e o engenheiro, reza que o pagamento mensal seria no valor de R\$ 3.732,00 (três mil, setecentos e trinta e dois reais). Mesmo que abaixo do permitido por lei, ainda assim, seria maior do que o demonstrado na composição dos preços.

Por fim, o que esse conjunto de acontecimento nos mostra, é que a recorrida não tem nenhum compromisso com sua formação de preços, nenhum compromisso com seus funcionários e muito menos, terá compromisso em efetuar os serviços.

É bom frisar, que em uma possível ação trabalhista em face da recorrida, certamente a Administração Pública configurará como solidária no polo passivo da demanda. Já que, aqui está sendo alertada e não está tomando qualquer iniciativa para que isso não aconteça.

vigente, , É sabido que a certidão de falência e concordata atesta a existência ou não de pedido de falência pela empresa. O documento também informa se houve pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, conhecido como concordata.

V – DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL COM DÍVIDA POSITIVA

A recorrida acostou a em sua documentação de habilitação, a Certidão de Regularidade Fiscal Positiva com a Fazenda Municipal de sua sede, qual seja Rio de Janeiro.

Nota-se que a referida certidão não é uma positiva com efeito de negativa, e sim POSITIVA.

Vale destacar o que reza o item 16.4 do edital:

16.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

Para ludibriar este julgador, a recorrida anexou uma Certidão emitida pela Procuradoria Municipal do Rio de Janeiro, afirmando que tal débito estaria com a exigibilidade suspensa em razão de parcelamento.

Certo é que quem garante que a recorrida simplesmente parcelou seus impostos para ter a exigibilidade suspensa dos créditos tributários, justamente para obter uma certidão positiva com efeitos de negativa?

É necessário que seja feita as devidas diligências para ratificar que a certidão emitida, condiz com a realidade atual da recorrida. Até porque, tentamos consultar sua situação fiscal junto a Fazenda Municipal do Rio de Janeiro, e não foi possível consolidação das informações, justamente por estar com a Certidão Positiva para os créditos tributários relativos a Fazenda Municipal.

É ainda salutar informar que, todas as informações, estão no próprio portal da fazenda e dívida ativa, que em razão da plataforma Comprasnet inviabilizar prints, se tornou impossível trazer tal informação na íntegra, podendo ser averiguado pelo Pregoeiro e pelo Gestor da Pasta. Ainda é bom informar que esta recorrente não está fazendo cálculos ou ilações, já que apenas estamos informando suposições, baseadas em informações públicas trazidas no próprio site da Fazenda Municipal, devendo ser diligenciado pelo Pregoeiro e pelo Gestor da Pasta.

Sabemos que conforme previsto no §3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, é facultada a qualquer tempo, a promoção de diligência para complementar as informações ou dirimir dúvidas sobre os documentos apresentados pela recorrida.

Não existe quantidade certa ou limite geral de diligências a serem promovidas pelo pregoeiro ou comissão de licitação, destinados a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

VI – DO PEDIDO

Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidos pela peticionária,

Na esteira do exposto, requer-se:

- Seja reconhecido a tempestividade do recurso;
- Seja julgado provido o presente recurso, outrossim, lastreada nas razões recursais, com efeito para que o Gestor, o pregoeiro e sua equipe reconsiderem a decisão e reconheça a desclassificação e inabilitação da empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, pelos motivos já expostos acima, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o

§ 4º, do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

São João da Barra/RJ, 21 de agosto de 2023.

Processo Nº:	22.304/23
Rubrica	88
Fls:	6

TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA.

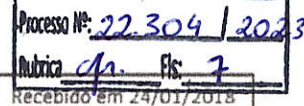
CNPJ: 07.319.674/0001-00

ROBSON SANTOS RIBEIRO

CPF: 030.594.467-33

SÓCIO-GERENTE

Fechar



JYVÄSKYLÄ
UNIVERSITY

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA:

TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA ME

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica: 41 Fls: 9

Pelo presente Instrumento Particular de primeira alteração

ROBSON SANTOS RIBEIRO, brasileiro, casado com regime parcial de bens, empresário, portador do C.P.F. nº 030.594.467-33, Identidade RG nº 009559222-9, DETRAN/RJ, nascido em 21/03/1976, residente e domiciliado na BR 356, KM 181, S/nº, Grussai, São João da Barra/RJ, CEP nº 28.200-000

ERENILDO FRANÇA RIBEIRO, brasileiro, casado com regime comunhão de bens, nascido em 20/08/1945, empresário, portador da Identidade RG nº 80660399-9 expedida pelo IFRJ, e C.P.F. nº 162.320.707-04, residente e domiciliado na BR 356 KM 181 S/Nº, Grussai, São João da Barra/RJ, CEP nº 28.200-000.

Unicos sócios da sociedade empresária limitada, TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA ME com contrato social arquivado nesta Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro NIRE nº 33.2.0748314-8, por despacho em 06/04/2005 e, portadora do CNPJ nº 07.319.674/0001-00, resolvem fazer a sua terceira alteração contratual, conf. Clausulas e condições abaixo.

A) Alteração de atividades econômicas, e objeto social

PRIMEIRA : O objeto social passará a ser:

1.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE:

1.2 CONSTRUÇÃO CIVIL E ARQUITETURA EM GERAL, E TODAS AS ATIVIDADES SUBORDINADAS E CORRELACIONADAS A ESTA, SENDO AINDA:

1.3 PROJETOS EM GERAL,

1.4 REFORMAS EM GERAL,

1.5 INSTALAÇÃO EM GERAL,

1.6 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA),

1.7 PINTURA EM GERAL,

1.8 SISTEMAS HIDRAULICOS PREDIAIS,

1.9 SISTEMAS ELETRICOS PREDIAIS.

1.1.2 ENGENHARIAS, ABAIXO RELACIONADA, E TODAS A ATIVIDADE SUBORDINADAS E CORRELACIONADA A ESTAS:

1.1.2 CIVIL, SENDO AINDA

1.1.2.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.2.2 REFORMAS EM GERAL,

1.1.2.3 INSTALAÇÕES EM GERAL,

E. 

1.1.2.4 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA)

Processo Nº: 22.304 / 2023
Rubrica cp Fls: 10

1.1.2.5 LIMPEZA E MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA) DE GALERIAS DE ABASTECIMENTO DE AGUAS PLUVIAIS E SUAS TUBULAÇÕES,

1.1.2.5 LIMPEZA E MANUTENÇÃO EM GERAL, (PREVENTIVA CORRETIVA E PREDITIVA) DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE ALEM DE REDES DE COLETA E DE SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

1.1.2.6 PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA OU NÃO ASFALTICA TERRAPLENAGEM, DRAGAGEM E ESCAVAÇÃO,

1.1.2.7 MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS METALICAS OU NÃO, FIXAS E/OU MOVEIS,

1.1.3 ELETRICA/ELETRICISTA DE ALTA/ BAIXA TENSÃO, SENDO AINDA:

1.1.3.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.3.2 REFORMAS EM GERAL,

1.1.3.3 INSTALAÇÕES EM GERAL,

1.1.3.4 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA),

1.1.3.5 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA) DE EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICO HOSPITALARES,

1.1.3.6 MONTAGEM DE SISTEMAS E INSTALAÇÕES ELETRICA, INDUSTRIAS E PREDIAIS, DE BAIXA MEDIA E ALTA TENSÃO EM PAINELIS ELETRICOS,

1.1.3.7 INSPEÇÃO, TERMOGRAFICA (TEMPERATURA POR IMAGEM), CALIBRAÇÃO, CONDICIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS, INCLUSIVE PREDIAIS (SUB-ESTAÇÕES, DISJUNTORES, REDES DE TRANSMISSÃO COM ATÉ 13,8 KV E ACIMA DE 13,8 KV, REDES ELETRICAS AEREAS E TERRESTRES, INCLUSIVE ILUMINAÇÃO PUBLICA,

1.1.3.8 AUTOMAÇÃO,

1.1.4 ELETRONICA, SENDO AINDA:

1.1.4.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.4.2 REFORMAS DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EM GERAL,

1.1.4.3 INSTALAÇÕES DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EM GERAL,

1.1.4.4 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA),

1.1.4.5 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA) DE EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICOS-HOSPITALARES,

E

1.1.4.6 MONTAGEM DE SISTEMAS E INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS INDUSTRIAIS E PREDIAIS, DE BAIXA E MEDIA E ALTA TENSÃO,

Processo Nº: 22.304 / 2023
Rubrica: dp Fls: 11

1.1.4.7 INSPEÇÃO TERMOGRAFIA (TEMPERATURA POR IMAGEM), CALIBRAÇÃO, CONDICIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE ELETRONICOS,

1.1.4.8 AUTOMAÇÃO;

1.1.5 AGRICOLA, SENDO AINDA,

1.1.5.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.5.2 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, DE REDES DE IRRIGAÇÃO,~

1.1.5.3 MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS,

1.1.6 AGRONÔMICA, SENDO AINDA:

1.1.6.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.6.2 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LAVOURAS EM GERAL,

1.1.7.2 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PASTAGENS EM GERAL, EXECUÇÃO DE TECNICAS AGROPECUARIAS,

1.1.7 AGRIMENSURA, SENDO AINDA,

1.1.7.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.7.2 TOPOGRAFIA EM GERAL (SATALITE, AEREA, GPS, TOTAL ETC),

1.1.8 AMBIENTAL, SENDO AINDA:

1.1.8.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.8.2 COLETA DE RESIDUOS LIQUIDOS DE TODA A SORTE,

1.1.8.3 COLETA DE RESIDUOS SOLIDOS DE TODA A SORTE,

1.1.8.4 COLETA DE LIXO EM GERAL, INCLUSIVE HOSPITALAR,

1.1.8.5 PROCESSAMENTO E TRATAMENTO DE RESIDUOS LIQUIDOS E SOLIDOS DE TODA SORTE, INCLUSIVE, LIXOS HOSPITALARES,

1.1.8.6 IMPLANTAÇÃO DE BIODIGESTORES,

1.1.9 MECANICA, SENDO AINDA,

1.1.9.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.9.2 REFORMAS EM GERAL,

1.1.9.3 INSTALAÇÕES EM GERAL,

1.1.9.4 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA),

1.1.9.5 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA) DE EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICOS-HOSPITALARES,

1.1.9.6 CALDERARIA EM GERAL,

1.1.9.7 USINAGEM E MONTAGEM EM GERAL,

1.1.9.8 INSPENÇÃO E SOLDAS EM GERAL (MIG-MAG, TIG, ELETRODO REVESTIDO, OXIGÊNIOS, PRESSÃO ETC),

1.1.9.9 PINTURA INDUSTRIAL,

1.1.9.10 JATEAMENTO E HIDROJATEAMENTO,

1.1.9.11 HIDRAULICA,

1.1.9.12 INSTRUMENTAÇÃO,

1.1.9.13 AUTOMAÇÃO,

1.1.9.14 CALIBRAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E COMISSONAMENTO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS (BOMBAS, COMPRESSORES, GUINDASTES, VALVULAS DE BLOQUEIO, VALVULAS DE SEGURANÇA, VALVULAS DE ALIVIO E VALVULAS DE CONTROLE ETC),

1.1.9.15 MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICO-PNEUMATICOS, INCLUSIVE SISTEMAS DE AR CONDICIONADO CENTRAL, E SISTEMAS DE COMBATE A INCENDIOS EM AREAS INDUSTRIAIS, ON-SHORE E OFF-SHORE, BEM COMO PREDIAIS,

1.1.9.16 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS FERREAS,

1.1.9.17 MANUTENÇÃO DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES

1.1.9.18 MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS METALICAS OU NÃO, FIXAS E/OU MOVEIS.

1.2. QUIMICA, CONFORME DESCIRÇÃO ABAIXO, E AINDA AS ATIVIDADES A ELA RELACIONADAS,

8

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica: *gn* Fls: 12

1.2.1 FORMULAÇÃO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS OU PESQUISAS CIENTÍFICA BÁSICA E APLICADA, NOS VÁRIOS SETORES DA QUÍMICA OU A ELA LIGADOS, BEM COMO OS QUE SE RELACIONEM A PRESERVAÇÃO, SANEAMENTO E MELHORAMENTO DO MEIO AMBIENTE, EXECUTANDO DIRETA OU INDIRETAMENTE AS ATIVIDADES RESULTANTES DESSES TRABALHOS,

1.2.2 ORIENTAR, DIRIGIR, ASSESSORAR E PRESTAR CONSULTORIA A EMPRESAS, FUNDAÇÕES, SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, ENTIDADES AUTÁRQUICAS, PRIVADAS OU DO PODER PÚBLICO, RELACIONADAS AO ITEM ACIMA,

1.2.3 REALIZAR PERÍCIAS, EMITIR E ASSINAR LAUDOS TÉCNICOS E PARECERES ATRAVÉS DO SEU CORPO TÉCNICO, CONFORME O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE CADA UM DE SEUS MENTOS. ICPO907888s,

1.2.4 LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS EM GERAL,

1.3 PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS INCLUINDO,

1.3.1 PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE,

1.3.2 ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DE VIDEO, E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO,

1.3.3 SERVIÇOS DE MIXAGEM SONORA EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL,

1.3.4 IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO,

1.3.5 ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AERÉAS E SUBMARINAS,

1.3.6 MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE TELÕES DE LED, PLASMA OU QUALQUER OUTRO APARELHO DE DIFUSÃO DE IMAGEM DE BAIXA, MÉDIA E ALTA DEFINIÇÃO,

1.3.7 ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS EM GERAL, E AINDA EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS,

1.4 COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA:

1.4.1 EQUIPAMENTOS TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, TELEFONES, INTERCOMUNICADORES, FAX, SECRETARIA ELETRÔNICA E SIMILARES, PEÇAS E PARTES PARA ESTES,

1.4.2 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL (CIVIL, ELÉTRICO, HIDRÁULICO, MECÂNICO, E, ETC)

1.4.3 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TODA A SORTE DE BENS, ALÉM DE COMISSÁRIO DE DESPACHOS, ATIVIDADES DE DESPACHANTES ADUANEIROS, E AGENCIAMENTO DE CARGAS,

8

1:5 LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS, COM OU SEM OPERADORES, LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS PEQUENOS, MEDIOS E GRANDES, COM OU SEM MOTORISTA, LOCAÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA EM GERAL, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS EM GERAL (TELÕES DE LED, PLASMA, OU QUALQUER OUTRO APARELHO DE DIFUSÃO DE IMAGEM DE BAIXA, MEDIA E ALTA DEFINIÇÃO, PALCOS, ACESSORIOS, PARA PALCOS, TENDAS, CAMARINS, AQUIBANCADAS, FECHAMENTOS, PISOS E BASES ESTUTURAS, GUARDA CORPORA E AFINS), LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS E SANITARIOS MOVEIS, LOCAÇÃO DE TODOS OS PORTES DE TRIO-ELETRICO E MATERIAIS DE SONORIZAÇÃO, VIDEO E ILUMINAÇÃO, E AINDA LOCAÇÃO DE UTENSILIOS EM GERAL E TODA SORTE DE BENS IMOVEIS, MOVEIS E SEMOVENTES.

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica: *dp* Fls: 14

CNAE:

- 4120400 Principal CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
- 7739002 Secundaria ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES. SEM OPERADOR
- 7731400 Secundaria ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR
- 7739099 Secundaria ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR
- 7739003 Secundaria ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES
- 0161099 Secundaria ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
- 8129000 Secundaria ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
- 5911199 Secundaria ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
- 7420002 Secundaria ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS
- 9001906 Secundaria ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO
- 3702900 Secundaria ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
- 3811400 Secundaria COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
- 3812200 Secundaria COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
- 4679699 Secundaria COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
- 4744003 Secundaria COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
- 4742300 Secundaria COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
- 4752100 Secundaria COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO

6. 

5250801 Secundaria COMISSARIA DE DESPACHOS

CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE

4222701 Secundaria ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES
CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO

4211101 Secundaria CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

2013402 Secundaria FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES, EXCETO
ORGANO-MINERAIS

2812700 Secundaria FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E
PNEUMÁTICOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS, EXCETO
VÁLVULAS

3031800 Secundaria FABRICAÇÃO DE LOCOMOTIVAS, VAGÕES E OUTROS
MATERIAIS RODANTES

2513600 Secundaria FABRICAÇÃO DE OBRAS DE CALDEIRARIA PESADA

3701100 Secundaria GESTÃO DE REDES DE ESGOTO

1813001 Secundaria IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO

3321000 Secundaria INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
INDUSTRIAIS

4322302 Secundaria INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS
DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E
REFRIGERAÇÃO

4321500 Secundaria INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA

4322303 Secundaria INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA
INCÊNDIO

4322301 Secundaria INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS

7711000 Secundaria LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR

4221903 Secundaria MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA

3312102 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS E
INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE

3314704 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE COMPRESSORES

3319800 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E
PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

3314702 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS

3314711 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA

3313999 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS,
APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO
ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

3314708 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS,
EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA TRANSPORTE E
ELEVação DE CARGAS

3314713 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS-
FERRAMENTA

4292801 Secundaria MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica: 15

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TALIMAO CONSTRUTORA LTDA ME

NIRE: 332.0748314-8 Protocolo: 04-2018/016692-1 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/01/2018 SOB o NÚMERO 00003148521 e demais constantes do termo de
autenticação.

Autenticação: 3B536C916E739E3E8CC6531CB990946AB115B34E61125F3642D61B8C8219C0FF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 9/23



- 4399102 Secundaria MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E
OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS
- 4329104 Secundaria MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E
EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM
VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS
- 4399103 Secundaria OBRAS DE ALVENARIA
- 4313400 Secundaria OBRAS DE TERRAPLENAGEM
- 4291000 Secundaria OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS
- 7210000 Secundaria PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM
CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS
- 5911102 Secundaria PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE
- 9001902 Secundaria PRODUÇÃO MUSICAL
- 0161003 Secundaria SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E
COLHEITA
- 4923002 Secundaria SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO
DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
- 7111100 Secundaria SERVIÇOS DE ARQUITETURA
- 7119701 Secundaria SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA
- 7112000 Secundaria SERVIÇOS DE ENGENHARIA
- 5912002 Secundaria SERVIÇOS DE MIXAGEM SONORA EM PRODUÇÃO
AUDIOVISUAL
- 8230001 Secundaria SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS,
EXPOSIÇÕES E FESTAS
- 4330404 Secundaria SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
- 2539001 Secundaria SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA
- 4399199 Secundaria SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO
ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
- 4929902 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE
PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO,
INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
- 4930202 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO
PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS,
INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
- 4930201 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO
PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL
- 3821100 Secundaria TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-
PERIGOSO

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica: 41 Fls: 16

E

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TALIMAO CONSTRUTORA LTDA ME

NIRE: 332.0748314-8 Protocolo: 04-2018/016692-1 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148521 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3B536C916E739E3E5CC6531CB990946AB115B34E61125F3642D61B8C8219C0FF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 10/23



PRIMEIRA – A sociedade será por tempo indeterminado e gira sob a denominação social de TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA ME, com sede e foro na Rua Dos Passos nº1210, Centro, São João da Barra/RJ CEP nº28.200-000, podendo mediante deliberação dos sócios administradores, manter e encerrar sucursais, filiais, agências ou unidades em qualquer localidade do país ou exterior.

SEGUNDA – A sociedade tem como atividade:

1.10 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE:

1.11 CONSTRUÇÃO CIVIL E ARQUITETURA EM GERAL, E TODAS AS ATIVIDADES SUBORDINADAS E CORRELACIONADAS A ESTA, SENDO AINDA:

1.12 PROJETOS EM GERAL,

1.13 REFORMAS EM GERAL,

1.14 INSTALAÇÃO EM GERAL,

1.15 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA),

1.16 PINTURA EM GERAL,

1.17 SISTEMAS HIDRAULICOS PREDIAIS,

1.18 SISTEMAS ELETRICOS PREDIAIS.

1.1.2 ENGENHARIAS, ABAIXO RELACIONADA, E TODAS A ATIVIDADE SUBORDINADAS E CORRELACIONADA A ESTAS:

1.1.2 CIVIL, SENDO AINDA

1.1.2.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.2.2 REFORMAS EM GERAL,

1.1.2.3 INSTALAÇÕES EM GERAL,

1.1.2.4 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA)

1.1.2.5 LIMPEZA E MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA) DE GALERIAS DE ABASTECIMENTO DE AGUAS PLUVIAIS E SUAS TUBULAÇÕES,

1.1.2.5 LIMPEZA E MANUTENÇÃO EM GERAL, (PREVENTIVA CORRETIVA E PREDITIVA) DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE ALEM DE REDES DE COLETA E DE SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO.

1.1.2.6 PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA OU NÃO ASFALTICA TERRAPLENAGEM, DRAGAGEM E ESCAVAÇÃO,

E 



1.1.2.7 MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS OU NÃO, FIXAS E/OU MOVEIS,

1.1.3 ELETRICA/ELETRICISTA DE ALTA/ BAIXA TENSÃO, SENDO AINDA:

1.1.3.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.3.2 REFORMAS EM GERAL,

1.1.3.3 INSTALAÇÕES EM GERAL,

1.1.3.4 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA),

1.1.3.5 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA) DE EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICO HOSPITALARES,

1.1.3.6 MONTAGEM DE SISTEMAS E INSTALAÇÕES ELETRICA, INDUSTRIAS E PREDIAIS, DE BAIXA MEDIA E ALTA TENSÃO EM PAINÉIS ELÉTRICOS,

1.1.3.7 INSPEÇÃO, TERMOGRÁFICA (TEMPERATURA POR IMAGEM), CALIBRAÇÃO, CONDICIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, INCLUSIVE PREDIAIS (SUB-ESTAÇÕES, DISJUNTORES, REDES DE TRANSMISSÃO COM ATÉ 13,8 KV E ACIMA DE 13,8 KV, REDES ELÉTRICAS AERÉAS E TERRESTRES, INCLUSIVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA,

1.1.3.8 AUTOMAÇÃO,

1.1.4 ELETRONICA, SENDO AINDA:

1.1.4.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.4.2 REFORMAS DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EM GERAL,

1.1.4.3 INSTALAÇÕES DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EM GERAL,

1.1.4.4 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA),

1.1.4.5 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA) DE EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICOS-HOSPITALARES,

1.1.4.6 MONTAGEM DE SISTEMAS E INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS INDUSTRIAIS E PREDIAIS, DE BAIXA E MEDIA E ALTA TENSÃO,

1.1.4.7 INSPEÇÃO TERMOGRAFIA (TEMPERATURA POR IMAGEM), CALIBRAÇÃO, CONDICIONAMENTO E MANUTENÇÃO DE ELETRONICOS,

1.1.4.8 AUTOMAÇÃO;

1.1.5 AGRICOLA, SENDO AINDA,

1.1.5.1 PROJETOS EM GERAL,

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica: *cp* Fls: 18

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TALINIA CONSTRUTORA LTDA ME

NIRE: 332.0748314-8 Protocolo: 04-2018/016692-1 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148521 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3B536C916E739E3E8CC6531CB990946AB115B34E61125F3642D61B8C8219C0FF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 12/23



1.1.5.2 INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, DE REDES DE IRRIGAÇÃO,~

1.1.5.3 MANUTENÇÃO DE MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS,

1.1.6 AGRONÔMICA, SENDO AINDA:

1.1.6.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.6.2 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LAVOURAS EM GERAL,

1.1.7.2 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PASTAGENS EM GERAL, EXECUÇÃO DE TECNICAS AGROPECUARIAS,

1.1.7 AGRIMENSURA, SENDO AINDA,

1.1.7.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.7.2 TOPOGRAFIA EM GERAL (SATALITE, AEREA, GPS, TOTAL ETC),

1.1.8 AMBIENTAL, SENDO AINDA:

1.1.8.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.8.2 COLETA DE RESIDUOS LIQUIDOS DE TODA A SORTE,

1.1.8.3 COLETA DE RESIDUOS SOLIDOS DE TODA A SORTE,

1.1.8.4 COLETA DE LIXO EM GERAL, INCLUSIVE HOSPITALAR,

1.1.8.5 PROCESSAMENTO E TRATAMENTO DE RESIDUOS LIQUIDOS E SOLIDOS DE TODA SORTE, INCLUSIVE, LIXOS HOSPITALARES,

1.1.8.6 IMPLANTAÇÃO DE BIODIGESTORES,

1.1.9 MECANICA, SENDO AINDA,

1.1.9.1 PROJETOS EM GERAL,

1.1.9.2 REFORMAS EM GERAL,

1.1.9.3 INSTALAÇÕES EM GERAL,

1.1.9.4 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA),

1.1.9.5 MANUTENÇÃO EM GERAL (PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA) DE EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICOS-HOSPITALARES,

1.1.9.6 CALDERARIA EM GERAL,

1.1.9.7 USINAGEM E MONTAGEM EM GERAL,

Processo Nº: 22 304 / 2023
Rubrica:  Fls: 19

1.1.9.8 INSPEÇÃO E SOLDAS EM GERAL (MIG-MAG, TIG, ELETRODO REVESTIDO, OXIGÊNIOS, PRESSÃO ETC),

1.1.9.9 PINTURA INDUSTRIAL,

1.1.9.10 JATEAMENTO E HIDROJATEAMENTO,

1.1.9.11 HIDRAULICA,

1.1.9.12 INSTRUMENTAÇÃO,

1.1.9.13 AUTOMAÇÃO,

1.1.9.14 CALIBRAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E COMISSONAMENTO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS (BOMBAS, COMPRESSORES, GUINDASTES, VALVULAS DE BLOQUEIO, VALVULAS DE SEGURANÇA, VALVULAS DE ALIVIO E VALVULAS DE CONTROLE ETC),

1.1.9.15 MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS HIDRAULICO-PNEUMATICOS, INCLUSIVE SISTEMAS DE AR CONDICIONADO CENTRAL, E SISTEMAS DE COMBATE A INCENDIOS EM AREAS INDUSTRIAIS, ON-SHORE E OFF-SHORE, BEM COMO PREDIAIS,

1.1.9.16 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS FERREAS,

1.1.9.17 MANUTENÇÃO DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES

1.1.9.18 MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS METALICAS OU NÃO, FIXAS E/OU MOVEIS.

1.2. QUIMICA, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO, E AINDA AS ATIVIDADES A ELA -RELACIONADAS,

1.2.1 FORMULAÇÃO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PROJETOS OU PESQUISAS CIENTIFICA BASICA E APLICADA, NOS VARIOS SETORES DA QUIMICA OU A ELA LIGADOS, BEM COMO OS QUE SE RELACIONEM A PRESERVAÇÃO, SANEAMENTO E MELHORAMENTO DO MEIO AMBIENTE, EXECUTANDO DIRETA OU INDIRETAMENTE AS ATIVIDADES RESULTANTES DESSES TRABALHOS,

1.2.2 ORIENTAR, DIRIGIR, ASSESSORAR E PRESTAR CONSULTORIA A EMPRESAS, FUNDAÇÕES, SOCIEDADES E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, ENTIDADES AUARQUICAS, PRIVADAS OU DO PODER PUBLICO, RELACIONADAS AO ITEM ACIMA,

1.2.3 REALIZAR PERICIAS, EMITIR E ASSINAR LAUDOS TECNICOS E PARECERES ATRAVES DO SEU CORPO TECNICO, CONFORME O EXERCICIO PROFISSIONAL DE CADA UM DE SEUS MENTOS.ICPO907888s,

E

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica: 20. Fls: 20

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TALIMAO CONSTRUTORA LTDA ME

NIRE: 332.0748314-8 Protocolo: 04-2018/016692-1 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148521 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3B536C916E739E3E8CC6531CB990946AB115B34E61125F3642D61BBC8219C0FF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Pag. 14/23



1.2.4 LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS EM GERAL,

1.3 PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS ARTÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS INCLUINDO,

1.3.1 PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE,

1.3.2 ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DE VIDEO, E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO,

1.3.3 SERVIÇOS DE MIXAGEM SONORA EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL,

1.3.4 IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO,

1.3.5 ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AEREAS E SUBMARINAS,

1.3.6 MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE TELÕES DE LED, PLASMA OU QUALQUER OUTRO APARELHO DE DIFUSÃO DE IMAGEM DE BAIXA, MEDIA E ALTA DEFINIÇÃO,

1.3.7 ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS EM GERAL, E AINDA EXPOSIÇÕES AGROPECUARIAS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS,

1.4 COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA:

1.4.1 EQUIPAMENTOS TELEFONIA E COMUNICAÇÃO, TELEFONES, INTERCOMUNICADORES, FAX, SECRETARIA ELETRONICA E SIMILARES, PEÇAS E PARTES PARA ESTES,

1.4.2 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL (CIVIL, ELETRICO, HIDRAULICO, MECÂNICO, E, ETC)

1.4.3 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TODA A SORTE DE BENS, ALEM DE COMISSÁRIO DE DESPACHOS, ATIVIDADES DE DESPACHANTES ADUANEIROS, E AGENCIAMENTO DE CARGAS,

1.5 LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LEVES E PESADOS, COM OU SEM OPERADORES, LOCAÇÃO DE AUTOMOVEIS PEQUENOS, MEDIOS E GRANDES, COM OU SEM MOTORISTA, LOCAÇÃO DE TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA EM GERAL, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS EM GERAL (TELÕES DE LED, PLASMA, OU QUALQUER OUTRO APARELHO DE DIFUSÃO DE IMAGEM DE BAIXA, MEDIA E ALTA DEFINIÇÃO, PALCOS, ACESSORIOS, PARA PALCOS, TENDAS, CAMARINS, AQUIBANCADAS, FECHAMENTOS, PISOS E BASES ESTUTURAIIS, GUARDA CORPOR E AFINS), LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS E SANITARIOS MOVEIS, LOCAÇÃO DE TODOS OS PORTES DE TRIO-ELETRICO E MATERIAIS DE SONORIZAÇÃO, VIDEO E ILUMINAÇÃO, E AINDA LOCAÇÃO DE UTENSILIOS EM GERAL E TODA SORTE DE BENS IMOVEIS, MOVEIS E SEMOVENTES.

Processo Nº: 22.304 / 2023
Rubrica: *dm* Fls: 21

E 

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA ME

NIRE: 332.0748314-8 Protocolo: 04-2018/016692-1 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148521 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3B536C916E739E3E8CC6531CB990946AB115B34E61125F3642D61BBC8219C0FF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Pag. 15/23



- 3031800 Secundaria FABRICAÇÃO DE LOCOMOTIVA VAGÕES
E OUTROS MATERIAIS RODANTES
- 2513600 Secundaria FABRICAÇÃO DE OBRAS DE CALDEIRARIA PESADA
- 3701100 Secundaria GESTÃO DE REDES DE ESGOTO
- 1813001 Secundaria IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO
- 3321000 Secundaria INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
INDUSTRIAIS
- 4322302 Secundaria INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS
CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO
E REFRIGERAÇÃO
- 4321500 Secundaria INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
- 4322303 Secundaria INSTALAÇÕES DE SISTEMA DE PREVENÇÃO CONTRA
INCÊNDIO
- 4322301 Secundaria INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS
- 7711000 Secundaria LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR
- 4221903 Secundaria MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA
- 3312102 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS E
INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE
- 3314704 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE COMPRESSORES
- 3319800 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E
PRODUTOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
- 3314702 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS
HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, EXCETO VÁLVULAS
- 3314711 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA
- 3313999 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS,
APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS NÃO
ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
- 3314708 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS,
EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA TRANSPORTE
E ELEVAÇÃO DE CARGAS
- 3314713 Secundaria MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS-
FERRAMENTA
- 4292801 Secundaria MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS
- 4399102 Secundaria MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E
OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS
- 4329104 Secundaria MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E
EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO
EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS
- 4399103 Secundaria OBRAS DE ALVENARIA
- 4313400 Secundaria OBRAS DE TERRAPLENAGEM
- 4291000 Secundaria OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS
- 7210000 Secundaria PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL
EM CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS

Processo Nº: 22 304 / 2023
Rubrica Nº: 22

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TALIMAO CONSTRUTORA LTDA ME

NIRE: 332.0748314-8 Protocolo: 04-2018/016692-1 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148521 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3B536C916E739E3E8CC6531CB990946AB115934E61125F3642D61B8C8219C0FF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 16/23



- 5911102 Secundaria PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE
 9001902 Secundaria PRODUÇÃO MUSICAL
 0161003 Secundaria SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA
 4923002 Secundaria SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA
 7111100 Secundaria SERVIÇOS DE ARQUITETURA
 7119701 Secundaria SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA
 7112000 Secundaria SERVIÇOS DE ENGENHARIA
 5912002 Secundaria SERVIÇOS DE MIXAGEM SONORA EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
 8230001 Secundaria SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS
 4330404 Secundaria SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL
 2539001 Secundaria SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA
 4399199 Secundaria SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
 4929902 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
 4930202 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
 4930201 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL
 3821100 Secundaria TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

Processo Nº: 22.304/2023
 Rubrica: 23

PRIMEIRA – A sociedade tem a denominação de: **TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA ME**, e sua sede continua administrativa à rua dos Passos nº1210, Centro, São João da Barra/RJ CEP nº28.200-000, podendo mediante deliberação dos sócios administradores, manter e encerrar sucursais, filiais, agências ou unidades em qualquer localidade do país ou exterior.

SEGUNDA – O objeto da sociedade passa a ser:

E

- 4120400 Principal CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
- 7739002 Secundaria ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES, SEM OPERADOR
- 7731400 Secundaria ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR
- 7739099 Secundaria ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR
- 7739003 Secundaria ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES
- 0161099 Secundaria ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
- 8129000 Secundaria ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
- 5911199 Secundaria ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
- 7420002 Secundaria ATIVIDADES DE PRODUÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS E SUBMARINAS
- 9001906 Secundaria ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO
- 3702900 Secundaria ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES
- 3811400 Secundaria COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
- 3812200 Secundaria COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS
- 4679699 Secundaria COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL
- 4744003 Secundaria COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
- 4742300 Secundaria COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
- 4752100 Secundaria COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO
- 5250801 Secundaria COMISSARIA DE DESPACHOS
- 4222701 Secundaria CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO
- 4211101 Secundaria CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS
- 2013402 Secundaria FABRICAÇÃO DE ADUBOS E FERTILIZANTES, EXCETO ORGANO-MINERAIS
- 2812700 Secundaria FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS, EXCETO VÁLVULAS
- 3031800 Secundaria FABRICAÇÃO DE LOCOMOTIVAS, VAGÕES E OUTROS

E




5911102-Secundaria PRODUÇÃO DE FILMES PARA PUBLICIDADE

9001902 Secundaria PRODUÇÃO MUSICAL

0161003 Secundaria SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA

4923002 Secundaria SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS COM MOTORISTA

7111100 Secundaria SERVIÇOS DE ARQUITETURA

7119701 Secundaria SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA

7112000 Secundaria SERVIÇOS DE ENGENHARIA

5912002 Secundaria SERVIÇOS DE MIXAGEM SONORA EM PRODUÇÃO AUDIOVISUAL

8230001 Secundaria SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS

4330404 Secundaria SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL

2539001 Secundaria SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA

4399199 Secundaria SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

4929902 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

4930202 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL

4930201 Secundaria TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL

3821100 Secundaria TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

Processo Nº: 22304/2023
Rubrica 9p Fls: 25

TERCEIRA – A sociedade será por tempo indeterminado, sendo que suas atividades foram iniciadas na data de 06/04/2005 descrita no item 1.3 acima.

QUARTA – O Capital social da sociedade permanece inalterado no valor de R\$1.500.000,00 (Um Milhão Quinhentos Mil Reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país divididos em 1.500.000 (Um Milhão e Quinhenta Mil) cotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

E

ROBSON SANTOS RIBEIRO, é possuidor de 1.406.250 (Um Milhão Quatrocentos e Seis Mil e Duzentas e Cinquenta) cotas, no valor unitário de R\$1,00 (Um Real), totalizando R\$1.406.250,00 (Um Milhão Quatrocentos e Seis Mil Duzentos e Cinquenta Reais), correspondente desta forma a 93,75% (noventa e três setenta e cinco por cento) da sociedade

Processo Nº: 22.304/2015
Rubrica: 41. Fls: 26

ERENILDO FRANÇA RIBEIRO, é possuidor de 93.750 (noventa e três mil e setecentos e cinquenta) cotas no valor de R\$1,00(um real) totalizando R\$93.750,00 (Noventa e Tres Mil Setecentos e Cinquenta Reais) correspondente dessa forma a 6,25% (seis virgula vinte cinco por cento) da sociedade.

QUINTA – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

SEXTA – A administração da sociedade ficará a cargo do sócio **ROBSON SANTOS RIBEIRO**, ao qual receberá a denominação de administrador, podendo representar a sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, assinar quaisquer documentos, que importem em responsabilidade ou obrigações da sociedade, inclusive cheques, escrituras, títulos de dividas, cambiais, ordens de pagamentos e outros sempre isoladamente, ficando vedados, a sociedades os atos de qualquer um dos sócios, procuradores ou funcionários que a envolvem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endosos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando previamente aprovado pelos sócios representando a totalidade do capital social.

SETIMA – As deliberações sociais serão tomadas em reunião por escrito, em documento firmado por ambos os sócios onde conste a decisão adotada, dispensando-se, deste modo, a realização de assembleia, como autoriza o artigo 1072 inc 3º da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

OITAVA – O sócio na função de administrador fará jus a uma retirada mensal a título de pro-labore, cujo o valor será convencionado entre os sócios, respeitando a determinação da legislação vigente.

NONA – A entrada de novos sócios dependerá da aprovação, escrita e unânime dos sócios que, nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a terceiros sem previamente oferecer ao outro sócio o direito de adquiri-las, o qual terá o prazo de 60 (sessenta) dias para manifestar-se sobre a aquisição da cotas

DECIMA – A responsabilidade técnica pela execução de locação de bens imóveis, ficará a cargo da corretora de imóveis sra **KATIA CILENE DOS SANTOS PEREIRA**, brasileira, viúva, corretora de imóveis, portadora do RG nº 085887917, expedida pelo DIC/RJ, inscrita no CPF sob o nº030.534.327-06, e no CRECI nº RJ- 050219/O, residente e domiciliada na rua Joao Batista de Almeida nº 67, Atafona, São João da Barra/RJ, CEP nº28-200-000.

6

A responsabilidade técnica pela execução dos serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho e Energia Elétrica focará a cargo do Sr. **REINALDO CAMPOS DAMIANO**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Eletrico e Segurança do Trabalho, portador do RG nº 507004-7 expedida pelo IFP, inscrito no CPF sob o nº 472.493.587-15, e, CREA/RJ 1982100974, residente e domiciliado a rua Tenente Coronel Cardoso nº 789 Apto 30, centro, Campos dos Goitacazes/RJ, CEP nº 28.035-042, e, a responsabilidade técnica pela execução dos serviços de engenharia civil ficará a cargo do Sr. **ORLANDO BARRETO SORIANO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil portador do RG nº 08179106-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 593.412.037-91, e, no CREA-RJ 5061126371, residente e domiciliado na rua da Caridade nº 193, apto 102, Padre Miguel/RJ, CEP nº 21875-170.

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica: cp Fls: 27

DECIMA PRIMEIRA – O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro, ficando acertado que nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes no término de cada exercício social, os administradores deliberarão sobre as cotas, apresentando o inventário, bem como balanço patrimonial e o de resultado econômico como autoriza o artigo 1.072 inc 3º da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, os lucros líquidos ou prejuízos serão distribuídos aos sócios proporcionalmente a participação de cada um no capital social.

DECIMA SEGUNDA – A retirada, exclusão ou interdição de um dos sócios procedido nos moldes da lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o remanescente, pelo prazo previsto em lei, a menos que este resolva liquidá-la

PARAGRAFO PRIMEIRO – A morte de qualquer um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de cujus, salvo desinteresse dos herdeiros, situação que se resolverá com apuração dos haveres do de cujus e reembolso de suas cotas.

PARAGRAFO SEGUNDO – Em caso de falecimento ou incapacidade judicialmente declarada de qualquer dos sócios, os herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou incapacitado poderão ingressar na sociedade em sua substituição, nos casos previsto no "caput" desta cláusula, somente poderão ingressar na sociedade, profissionais que atendam as exigências prevista na legislação pertinente aos órgãos de fiscalização profissional; Em tendo ocorrido a interdição de um dos sócios, o curador, respectivamente não terá poderes de administração.

DECIMA TERCEIRA – A exclusão de qualquer um dos sócios, bem como sua retirada motivada ou imotivada, acarretará a apuração de haveres do tal sócio, onde deverão ser considerados, especialmente o valor atualizado e real dos bens componentes do ativo, o valor dos bens intangíveis, as perspectivas de rentabilidade e a receita dos contratos de execução continuada, afim de que proceda o seu reembolso em 12 (doze) parcelas iguais, com vencimentos mensais e sucessivos 30 (trinta) dias após apuração deste valor.



DECIMA QUINTA - Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos, públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, conforme exige o artigo da lei 1.011 da lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Processo Nº: 22304/2013
Rubrica cp Fls: 28

Fica eleito o Foro da Comarca de São João da Barra/RJ, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E por estarem assim justos e contratado, as partes assinam o presente contrato em via única, para um só efeito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

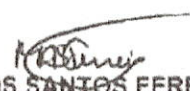
São João da Barra 18 de Janeiro de 2018


ROBSON SANTOS RIBEIRO

CPF 030.594.467-33


ERENILDO FRANÇA RIBEIRO

CPF 162.320.707-04


MARCUS A DOS SANTOS FERREIRA

CPF 887.162.877-20


VALDINEIA DUARTE TERRA

CPF 030.460.177-23

CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DE SÃO JOÃO DA BARRA
RUA CORONEL CINTRA, 77
Reconheço a(s) firma(s) por Autenticidade de:
ERENILDO FRANÇA RIBEIRO
SÃO JOÃO DA BARRA, 19/01/2018. Total: 7,54 Conf. por:
RAFAELLY CORREIA DE SOUZA Mat. 9413929 em Test.
ECKE 99685 THW <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DE SÃO JOÃO DA BARRA
RUA CORONEL CINTRA, 77
Reconheço a(s) firma(s) por Autenticidade de:
ROBSON SANTOS RIBEIRO
SÃO JOÃO DA BARRA, 19/01/2018. Total: 7,54 Conf. por:
FAIRINY MARTINS PACHECO Mat. 94/17009 em Test.
ECKE 99693 ZAI <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

093427
A0073447



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA ME

NIRE: 332.0748314-8 Protocolo: 04-2018/016692-1 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148521 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3B536C916E739E3E8CC6531CB990946AB115B34E61125F3642D61BBC8219C0FF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Pag. 22/23





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

Processo Nº: 22.304/2023
Rubrica 41 Fls: 29

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:
• Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO
RJ.31.58.50.02 - 07.319.674.000.100

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA - ME

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
07.319.674/0001-00

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244 Alteração de atividades econômicas (principal e secundárias)

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME
ROBSON SANTOS RIBEIRO

CPF
030.594.467-33

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

07. RECIBO DE ENTREGA

CARTÓRIO DO OFÍCIO ÚNICO DE SÃO JOÃO DA BARRA
RUA CORONEL CINTRA, 77

Reconheço a(s) firma(s) por autenticidade de:

ROBSON SANTOS RIBEIRO

SÃO JOÃO DA BARRA, 19/01/2018. Total: 7,54 Cent. por:

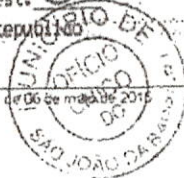
FABRINY MARTINS PACHECO Mat. 94/17009 em Test.

ECKE 99692 EMB https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico

033427
AAD79446

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.534 de 06 de maio de 2015



09/01/20

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA ME

NIRE: 332.0748314-8 Protocolo: 04-2018/016692-1 Data do protocolo: 24/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 29/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148521 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3B536C916E739E3E8CC6531CB990946AB115B34E61125F3642D61BBC8219CCPF

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 23/23



■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

REF.: EDITAL PREGÃO (ELETRONICO) Nº 113/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 3904/2023

ILUMISUL-SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.917.918/0001-89, com sede na Av. Almirante Barroso, 72, PAV 3 – Sala 311 a 313 – Centro - RJ, CEP 20.031-001, TEMPESTIVAMENTE, vem, respeitosamente, perante a esse Ilustre Gestor, com fulcro no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93, APRESENTAR, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos, CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO PELA EMPRESA TALIMAQ

Preliminarmente, quer a RECORRENTE esclarecer que não existe de sua parte qualquer restrição a Empresa TALIMAQ, cuja o Direito e Inciativa não estão sendo postos em dúvida.

Desta forma, inicialmente, informamos que ILUMISUL foi fundada em outubro de 2010, tendo como objeto de trabalho distintos serviços inerentes ao mercado de iluminação pública; completando agora 13 anos de frequente e constante atuação no mercado nacional. Prestamos serviços com as seguintes tipologias e características assim classificadas:

- ▶ Gestão Integrada de Parques de Iluminação Pública Municipais;
- ▶ Desenvolvimento e Operação de Sistema de Telegestão;
- ▶ Georreferenciamento de Parques de IP.
- ▶ Expansões e Modernizações de Sistemas de Iluminação Pública;
- ▶ Expansões e Modernizações de Redes de Energia Aéreas e Subterrâneas;
- ▶ Iluminações Especiais Ornamentais e Decorativas.
- ▶ Projetos Luminotécnicos;
- ▶ Projetos de Melhorias e Eficientização Energética;
- ▶ Desenvolvimento de Modelagens Técnicas e Operacionais para contratações de PPP.

Por conta disso, temos um vasto Acervo Técnico neste ambiente da Engenharia, comprovado pelos Atestados averbados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA; bem como, ao Conselho Regional de Administração. Todos os atestados com expressivos valores, dão conta da notoriedade profissional da ILUMISUL.

Desenvolvemos junto aos fornecedores de insumos e materiais, amplo relacionamento e forte credibilidade e confiança. Fazendo com que possamos disponibilizar preços competitivos e qualidade atestada em nossas entregas. Destacamos também, que para aferir nossa conduta junto a Justiça Trabalhista, basta diligenciar e certificar nossa CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS. Não possuímos qualquer tipo de passivo trabalhista. Visto que zelamos pela relação equilibrada e respeitosa em matéria de direitos e relações trabalhistas.

Colocamos esta breve apresentação e introdução para demonstrar que não estamos sugerindo nenhum risco e atuação suspeita com nossa participação neste processo licitatório.

Tal processo Administrativo nº 3904/2023, que gerou o Edital para PREGÃO (ELETRONICO) Nº 113/2023, tem como alvo o seguinte objeto:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Isto posto, passemos a discorrer sobre as Razões, Análise dos Fatos que levam ao Pedido de INDEFERIMENTO do RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO PELA EMPRESA TALIMAQ.

EDITAL DE PREGÃO (ELETRONICO): Nº 113/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 3904/2023.

RECORRENTE: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA DA TEMPESTIVIDADE

Em conformidade com o item 19.2 do Edital, a apresentação das presentes contrarrazões são tempestivas, por estarem dentro do prazo de 03 (três) dias contados do término do prazo do recorrente, entregue no dia 21/08/2023.

DOS FATOS

Respondendo ao chamado da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/ COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, para o PREGÃO (ELETRONICO) Nº 113/2023 no dia 28/07/2023 às 10h (Horário de Brasília), a fim de proceder a Abertura e Início do Pregão para classificação e identificação, daquela com maior vantajosidade para a Prefeitura, através de seu Órgão Contratante; a RECORRENTE veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

Este Edital foi muito claro e objetivo ao estabelecer que realizaria a licitação na modalidade de PREGÃO (ELETRONICO), do Tipo Menor Preço Global, como critério de julgamento.

Após os procedimentos de identificação dos licitantes presentes, e a análise inicial das propostas apresentadas, procedeu-se o início dos lances de todos os participantes, conforme espaço disponibilizado no site do Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

Pelos critérios do Edital, inicialmente todos as empresas foram habilitadas e classificadas para darem seus respectivos lances, encerrando-se o pregão a ILUMISUL foi classificada em segundo lugar e a empresa Recorrente, TALIMAQ, foi classificada em décimo-primeiro lugar. Dessa forma podemos contextualizar melhor o Pedido apresentado pela Recorrente. Vejamos a classificação geral abaixo:

MAPA DE APURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

CLASSIFICAÇÃO - _____ - EMPRESA - _____ VALOR GLOBAL _____

01 EFATA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA R\$ 3.201.000,00

02 ILUMISUL R\$ 3.318.500,00

03 JAQUELINE M DOS SANTOS R\$ 3.359.630,00

04 ARÉS EMPREENDIMENTOS SERV E LOC DE EQUIP R\$ 3.201.000,00

05 ILUMITERRA CONST. MONT. R\$ 3.471.999,98

06 BARRA RIO COM E SERV R\$ 3.575.884,49
07 WT TECNOLOGIA E ENERGIA R\$ 3.612.678,56
08 ENGELUZ ILUM E ELETRICI R\$ 3.762.277,86
09 RH ENGENHARIA R\$ 3.764.088,96
10 FULL TEC ENGENHARIA R\$ 3.764.088,96
11 TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA R\$ 3.764.088,96
12 FRILUZ ENGENHARIA E SERVIÇOS R\$ 6.597.410,00

Processo Nº:	22304 / 23
Rubrica	6 Fls: 31

Após a análise e verificação realizada pelo Pregoeiro e seus pares, quanto a conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, foi então comunicado a desclassificação da empresa EFATA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inicialmente classificada em primeiro, conforme demonstrado abaixo:

"02/08/2023 - 14:03:58 - informo a todos que a habilitação da empresa EFATA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, não atendeu ao solicitado quanto ao atestado de capacidade técnica, os atestados recebidos não comprovam de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMOS DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida."

Como não houve nenhuma manifestação de recurso e questionamento do julgamento, o Pregoeiro passou à análise e verificação ao segundo colocado na classificação:

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA.

Estando sua documentação, quanto a Qualificação Jurídico-Fiscal; Jurídica; Econômico-Financeira, em conformidade com os requisitos do Edital. O Pregoeiro mantendo o rito processual, solicitou então, que esta empresa apresentasse sua Proposta Comercial com valores atualizados de acordo com o lance do pregão; acompanhada, das Planilhas de Custos e Formação de Preços Ofertados para complementação dos documentos.

Após diversas correções e ajustes de resultados matemáticos, todas no âmbito de erros formais, onde inclusive foram ajustados os critérios de arredondamento, se para cima ou para baixo; o Pregoeiro admitiu a Proposta como completa e alinhada aos requisitos formais para adjudicação e posterior assinatura de contrato; tendo em vista, que o Valor Global ofertado no Pregão, não sofreu mudança e nem acréscimo. Contudo, cumprindo as regras do Edital, publicou a reabertura do certame e convocou as empresas JAQUELINE M DOS SANTOS e ARES EMPREENDIMENTOS SERV E LOC DE EQUIP, para exercerem o seu direito de cobrir o lance da ILUMISUL, em vista de suas respectivas classificações e condições de enquadramento como ME/EPP.

Na sequência, realizou-se a abertura de prazo para recursos, abrindo e garantindo tempo e condições para o contraditório.

Sumariamente, a empresa RECORRENTE TALIMAQ CONSTRUTORA, classificada em penúltimo lugar, de um total de 12 participantes proponentes; ocasionado por uma evidente indignação; resolveu atuar para impedir o prosseguimento do processo.

Mas não logrou êxito nesta primeira iniciativa, tendo em vista que o Pregoeiro não acatou sua intenção de recurso.

Vimos que após a realização de todas as correções solicitadas pelo Pregoeiro, que aceitou a proposta e seus respectivos documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do edital; a RECORRENTE TALIMAQ, apresentou formalizou através de seu Recurso, diversas alegações que, como ficará demonstrado a seguir, buscam, se não interromper, alterar o curso natural do Processo e gerar danos e prejuízos ao erário público. Devemos esclarecer que o atual contrato de Manutenção se encerra nos próximos dias e, não há meios de renovação. Logo, os municípios poderão ficar sem os serviços de iluminação pública adequados para garantir a segurança pública, mobilidade viária e eficácia operacional.

DAS ALEGAÇÕES INFUNDADAS

Identificamos 6 (seis) alegações que serão pontuadas e tratadas a fim de romper a narrativa imposta pela Recorrente, que evita a transparência do Processo, conduzido e levado a cabo pelo Sr. Pregoeiro e sua comissão com Legalidade, Impessoabilidade, Moralidade, Publicidade e Economicidade; princípios da Gestão Pública brasileira são popularmente conhecidos como LIMPE.

1. Primeira Alegação:

"Não observou o princípio da isonomia, pois o edital veio dotado de regras claras e igualitárias para todas as licitantes sem direcionar privilégios, bem como, violou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, já que o edital é regra intransponível." - Grifo nosso

Não há como discutir e ponderar um questionamento desses. Fato que demonstra o devaneio e postura de ente ainda em formação, pondo em dúvida a índole do Pregoeiro. Ora, como já ficou esclarecido no julgamento do Pregoeiro, a Primeira Classificada não apresentou a Qualificação Técnica exigida no Edital. Trata-se de erro substancial. Não tem como aceitar por correção.

2. Segunda Alegação:

"Sobreleva notar que o princípio da vinculação ao edital, que norteia todo o procedimento licitatório, incide tanto para a administração quanto para os licitantes, consequentemente, a não apresentação de documentos de forma correta por parte da licitante na fase de classificação e habilitação autoriza sua desclassificação ou inabilitação do certame, nos termos da Lei n. 8.666/93, por desrespeitar as cláusulas do edital que, subsumindo-se em disciplinadas regras de fundo e procedimentais da licitação, estabelece vínculo entre a Administração e os interessados nela em contratar."

Todos os documentos apresentados pela ILUMISUL estavam corretos e de acordo com o Edital. Voltamos a repetir: Não há como discutir e ponderar um questionamento desses. Fato que demonstra certa miopia intencional e insegurança de ente ainda em formação, pondo em dúvida novamente a índole do Pregoeiro. As Planilhas com erros de arredondamento apresentados várias vezes, segundo o recorrente, foi fruto da persistência do Pregoeiro em cumprir a apresentação correta sem se apegar a um formalismo rigoroso, mas buscando objetivamente a precisão na melhor proposta apresentada. Deve-se deixar claro que o edital se limitava a pedir que os preços e valores das propostas fossem com até duas casas decimais; sem, contudo, prever se fatais arredondamentos fossem ajustados para cima ou para baixo.

Terceira Alegação: Insiste o recorrente em requisitar isonomia no tratamento entre os licitantes, pois, não permitiu à EFATA proceder na readequação de seus documentos.

"Deste modo, aqui não podemos falar que isso é um resultado pela busca do menor preço, pois, se assim fosse, daria chance a primeira colocada para complementar a sua documentação."

Para tanto seria necessário que a mesma apresentasse um ACT-Atestado de Capacidade Técnica que não possui e, mesmo assim, seria o mesmo que anexar um documento de habilitação após o prazo estabelecido no Edital. Além disso, a mesma poderia ter entrado com Recurso, requerendo o prazo para readequação. Mas não utilizou deste recurso, pois não seria legitimado perante a Lei.

Percebemos mais uma vez, que o recorrente não sustenta suas ilações amparadas num arcabouço legal e

juridicamente corretas; mas sim, numa visão particular, pessoal. Como já foi demonstrado, sua classificação só lhe permite alcançar o tumulto do certame e gerar prejuízos a administração pública.

Para piorar relata: "É certo, que todo esse malgrado, vai influenciar na prestação dos serviços, já que uma empresa que não se dá o brio de ter mais cuidados na hora de readequar a sua planilha, o que esperar de seus serviços? Certamente, o mesmo zelo que teve na readequação da proposta, ou seja, nenhum".

Demonstra assim, total desempenho imoral, agressivo, malcriado e perverso. O que esperar de uma empresa destas? Essa é a questão que todos devem estar se perguntando.

4. Quarta Alegação: DA INCONSISTÊNCIA DA PLANILHA READEQUADA DA COMPOSIÇÃO ERRÔNEA

Processo Nº: 22304/23
Rubrica: 0 Fls: 32

Em fácil matemática, podemos notar que se compararmos os itens I, II, III e IV, há erros nas composições salariais para "bancar" os motoristas e eletricitas que irão ocupar os postos em cada veículo.

Falando rapidamente, o item I compõe duas equipes (uma em cada turno) contendo cada uma um motorista e um eletricitista, obtendo o total de quatro pessoas. Posteriormente o item II compõe quatro equipes, já que são dois caminhões, sendo uma em cada turno, contendo cada uma um motorista e um eletricitista, obtendo o total de oito pessoas.

Já nos itens III e IV, ambos para veículos, cada um compõe duas equipes (uma em cada turno) contendo cada uma um motorista e um eletricitista, obtendo o total de quatro pessoas em cada.

Partindo dessa explanação preambular, é fácil contar que metade das equipes irão trabalhar no turno noturno. Onde está contabilizado o adicional noturno? Não foi contabilizado isso.

Ainda falando sobre adicionais, podemos afirmar que não está previsto adicional de periculosidade para nenhum eletricitista.

- É fato que todos os encargos sociais estão contemplados e discriminados na PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, a fórmula para se chegar aos valores inclui todos os requisitos trabalhistas e previdenciários. Há funções/atividades com adicionais noturnos e outras não.

DA INCIDÊNCIA DO ISSQN

..... Outro fato importante e não menos relevante, é que a recorrida zerou totalmente a incidência do ISSQN em sua planilha. A Prefeitura não irá tributar na fonte?

_ É fato que independente de qualquer interpretação que se possa ter da Lei; precisamos deixar evidente, que a Prefeitura é a contratante e como estabelece o Edital, primeiro, assumimos através do Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Tanto que para cadastramento da Proposta somos obrigados a proceder na declaração de ciência e concordância com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como cumprir plenamente os requisitos de habilitação e qualificação definidos no Edital.

_ Em segundo lugar seguimos a tese de que os itens em questão discriminam a Locação de Caminhões e Veículos e com isso adotamos a regra estabelecida na Súmula 31 do STF, que diz:

" a Súmula 31 do STF: "É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis"

DA VALORES DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES

..... Outro item questionável é que enquanto a locação de um caminhão relativo ao item I, está custando três vezes mais dois caminhões em relação ao item II, já que enquanto o primeiro a recorrida colocou o valor do seu custo o montante de R\$ 20.650,05, dois caminhões do item II, custa cada um seis vezes mais barato, já que somado os dois, o montante fica em R\$ 6.270,17.

_ Neste caso, precisamos esclarecer que não existem leis, regras ou qualquer Norma definindo valores que podem ser cobrados pela Locação de Caminhões e Veículos, exceto o Edital que estabelece um valor máximo por item ou pelo valor global; portanto, trata-se de incumbência da livre iniciativa do Proponente, cobrar o valor que lhe convém, sem com isso exceder o valor máximo definido no Edital.

5. Quinta Alegação: INCONSISTÊNCIA NA PLANILHA SALÁRIO DO ENGENHEIRO - ABAIXO DO VALOR NO CONTRATO.

a.

"Em sua planilha, a recorrida informa que o pagamento para custeamento do salário de seu Engenheiro Paulo Granato da Silva Castro, seria o valor de R\$ 2.183,75 (dois mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), menor do que até mesmo um técnico de segurança do trabalho, já que de acordo com a planilha da recorrida, seu técnico receberia o valor de R\$ 2.374,58 (dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)."

_ Neste caso o entendemos que o valor declarado diz respeito a parcela de remuneração devida ao Profissional, em regime de participação distribuída pelos serviços discriminados abaixo, não correspondendo a remuneração integral estabelecida em contrato particular, com anuência do respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA/RJ:

"V Profissional Habilitado com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto licitado, engenheiro eletricitista, que atuará como Responsável Técnico da Empresa perante os serviços executados. Comprovação da capacitação técnico-operacional, e profissional dos responsáveis técnico, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, relativos a serviços equivalentes e de características semelhantes ao objeto da presente licitação onde serão consideradas parcelas de maior relevância, com no mínimo de 2 anos de formado.

_ A partir daqui vamos ter uma série de ilações desconexas e desgarradas do contexto que demonstram a vulnerabilidade racional da Recorrente na ânsia de atacar moralmente a integridade do Proponente, que de antemão agradece a compreensão dos Srs. Pregoeiro e demais membros. Temos acusações levianas e infundadas

b.

Por fim, o que esse conjunto de acontecimento nos mostra, é que a recorrida não tem nenhum compromisso com sua formação de preços, nenhum compromisso com seus funcionários e muito menos, terá compromisso em efetuar os serviços.

c.

É bom frisar, que em uma possível ação trabalhista em face da recorrida, certamente a Administração Pública configurará como solidária no polo passivo da demanda. Já que, aqui está sendo alertada e não está tomando qualquer iniciativa para que isso não aconteça.

d.

..... vigente, É sabido que a certidão de falência e concordata atesta a existência ou não de pedido de falência pela empresa. O documento também informa se houve pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, conhecido como concordata.

_ Provável texto colado de algum outro Recurso, inserido aqui de forma equivocada e incoerente, que não requer comentários.

6. Sexta Alegação: DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL COM DÍVIDA POSITIVA

"A recorrida acostou a em sua documentação de habilitação, a Certidão de Regularidade Fiscal Positiva com a Fazenda Municipal de sua sede, qual seja Rio de Janeiro.

Nota-se que a referida certidão não é uma positiva com efeito de negativa, e sim POSITIVA."

_ Sim, realmente nossa Certidão com a Fazenda Municipal, no caso no Município do Rio de Janeiro está como Positiva:

Mas é de fácil a leitura do texto que vem no rodapé da Certidão (destacado em vermelho) que diz o seguinte:

"No caso de apontar apenas notas de Débitos, ou, concomitantemente, processos relativos, exclusivamente, a créditos tributários em situação regular, a presente certidão terá efeitos de Negativa se complementada por Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro que as notas de débito se encontram regularizadas." Grifo nosso

"Para ludibriar este julgador, a recorrida anexou uma Certidão emitida pela Procuradoria Municipal do Rio de Janeiro, afirmando que tal débito estaria com a exigibilidade suspensa em razão de parcelamento.

Certo é que quem garante que a recorrida simplesmente parcelou seus impostos para ter a exigibilidade suspensa dos créditos tributários, justamente para obter uma certidão positiva com efeitos de negativa?

Chegam a ser hilários os termos da Alegação e conclui aqui dizendo:

"Ainda é bom informar que esta recorrente não está fazendo calúnias ou ilações, já que apenas estamos informando suposições, baseadas em informações públicas trazidas no próprio site da Fazenda Municipal, devendo ser diligenciado pelo Pregoeiro e pelo Gestor da Pasta.

.....
Sabemos que conforme previsto no §3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, é facultada a qualquer tempo, a promoção de diligência para complementar as informações ou dirimir dúvidas sobre os documentos apresentados pela recorrida.

Não existe quantidade certa ou limite geral de diligências a serem promovidas pelo pregoeiro ou comissão de licitação, destinados a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

Aqui, neste momento, ficou claro que ele destruiu todo o argumento utilizado na inicial de seu "Recurso". Mas como já dissemos, trata-se de investida para tumultuar o certame e divertir a plateia.

Por fim ele faz o seu Pedido:

"Seja julgado provido o presente recurso, outrossim, lastreada nas razões recursais, com efeito para que o Gestor, o pregoeiro e sua equipe reconsiderem a decisão e reconheça a desclassificação e inabilitação da empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA,....."

Vamos examinar a questão sob o enfoque do saneamento de vícios formais de propostas. De acordo com o art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, "É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Pois então, qual o limite para a realização de diligências e esclarecimentos ou complementação de informações das propostas em exame?

Inclusive, Marçal Justem Filho nos ensina, in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, in verbis:

"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais." (Grifo nosso).

É certo, que eventuais erros formais ou materiais no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame. Devendo o órgão público, após verificado o equívoco, solicitar e conceder prazo para a regularização do erro, possibilitando, assim, a melhor identificação da proposta apresentada.

O TCU já se manifestou diversas vezes a respeito, trazemos o Acórdão 1487/2019 Plenário:

"A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto".

Outros julgados nesse mesmo sentido:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)"

"A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (Acórdão 2546/2015-Plenário)"

O principal objetivo de um procedimento licitatório, como se sabe, é suprir demandas de serviços e bens no preço mais vantajoso possível, atendendo-se, desta forma, o princípio do interesse público. Neste processo, a Proposta de Preço da ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA, conforme já demonstrado anteriormente, foi apresentada e classificada como sendo a melhor proposta.

Impedir, portanto, que a ILUMISUL participe e tenha o objeto licitatório adjudicado por meros erros formais ou materiais, vincula-se ao chamado formalismo exacerbado, que pode vir a impedir o cumprimento da finalidade da licitação. E sabemos que não é este o intento desta comissão.

DO PEDIDO

Diante do exposto, Pedimos que:

- i. Seja julgado procedente a presente Contrarrazões, com a consequente declaração de vitória da empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA e sua respectiva adjudicação
- ii. Seja julgado improcedente o Recurso, impetrado pela empresa: TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA com advertência pelos termos e intenções impostos aos demais participante do Processo
- iii. Subsidiariamente, não sendo reconsiderada a decisão, se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for hierarquicamente e imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento.

Termos em que,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2023.

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA

CNPJ: 12.917.918-0001/89

GERALDO LUIS CHAVES GUEDES – SÓCIO ADMINISTRADOR

comercial@ilumisul.com

Fechar

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) GESTOR DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

REF.: EDITAL PREGÃO (ELETRONICO) Nº 113/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 3904/2023

ILUMISUL-SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.917.918/0001-89, com sede na Av. Almirante Barroso, 72, PAV 3 – Sala 311 a 313 – Centro - RJ, CEP 20.031-001, **TEMPESTIVAMENTE**, vem, respeitosamente, perante a esse Ilustre Gestor, com fulcro no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93, **APRESENTAR**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos,

CONTRARAÇÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO PELA EMPRESA TALIMAQ

Preliminarmente, quer a RECORRENTE esclarecer que não existe de sua parte qualquer restrição a Empresa TALIMAQ, cuja o Direito e Inciativa não estão sendo postos em dúvida.

Desta forma, inicialmente, informamos que **ILUMISUL** foi fundada em outubro de 2010, tendo como objeto de trabalho distintos serviços inerentes ao mercado de iluminação pública; completando agora 13 anos de frequente e constante atuação no mercado nacional. Prestamos serviços com as seguintes tipologias e características assim classificadas:

- ▶ Gestão Integrada de Parques de Iluminação Pública Municipais;
- ▶ Desenvolvimento e Operação de Sistema de Telegestão;
- ▶ Georreferenciamento de Parques de IP.
 - ▶ Expansões e Modernizações de Sistemas de Iluminação Pública;
 - ▶ Expansões e Modernizações de Redes de Energia Aéreas e Subterrâneas;
 - ▶ Iluminações Especiais Ornamentais e Decorativas.

- ▶ Projetos Luminotécnicos;
- ▶ Projetos de Melhorias e Eficientização Energética;
- ▶ Desenvolvimento de Modelagens Técnicas e Operacionais para contratações de PPP.

Por conta disso, temos um vasto Acervo Técnico neste ambiente da Engenharia, comprovado pelos Atestados averbados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA; bem como, ao Conselho Regional de Administração. Todos os atestados com expressivos valores, dão conta da notoriedade profissional da **ILUMISUL**.

Desenvolvemos junto aos fornecedores de insumos e materiais, amplo relacionamento e forte credibilidade e confiança. Fazendo com que possamos disponibilizar preços competitivos e qualidade atestada em nossas entregas.

Destacamos também, que para aferir nossa conduta junto a Justiça Trabalhista, basta diligenciar e certificar nossa CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS. Não possuímos qualquer tipo de passivo trabalhista. Visto que zelamos pela relação equilibrada e respeitosa em matéria de direitos e relações trabalhistas.

Colocamos esta breve apresentação e introdução para demonstrar que não estamos sugerindo nenhum risco e atuação suspeita com nossa participação neste processo licitatório.

Tal processo Administrativo nº 3904/2023, que gerou o Edital para PREGÃO (ELETRONICO) Nº 113/2023, tem como alvo o seguinte objeto:

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses*

Isto posto, passemos a discorrer sobre as Razões, Análise dos Fatos que levam ao **Pedido de INDEFERIMENTO do RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO PELA EMPRESA TALIMAQ.**

EDITAL DE PREGÃO (ELETRONICO): Nº 113/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 3904/2023.

RECORRENTE: **ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA**

DA TEMPESTIVIDADE

Em conformidade com o item 19.2 do Edital, a apresentação das presentes contrarrazões são tempestivas, por estarem dentro do prazo de 03 (três) dias contados do término do prazo do recorrente, entregue no dia 21/08/2023.

DOS FATOS

Respondendo ao chamado da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, para o **PREGÃO (ELETRONICO) Nº 113/2023** no dia 28/07/2023 às 10h (Horário de Brasília), a fim de proceder a Abertura e Início do Pregão para classificação e identificação, daquela com maior vantajosidade para a Prefeitura, através de seu Órgão Contratante; a **RECORRENTE** veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias.

Este Edital foi muito claro e objetivo ao estabelecer que realizaria a licitação na modalidade de PREGÃO (ELETRONICO), **do Tipo Menor Preço Global, como critério de julgamento.**

Após os procedimentos de identificação dos licitantes presentes, e a análise inicial das propostas apresentadas, procedeu-se o início dos lances de todos os participantes, conforme espaço disponibilizado no site do Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

Pelos critérios do Edital, inicialmente todos as empresas foram habilitadas e classificadas para darem seus respectivos lances, encerrando-se o pregão a **ILUMISUL** foi classificada em segundo lugar e a empresa Recorrente, **TALIMAQ**, foi classificada em décimo-primeiro lugar. Dessa foram podemos contextualizar melhor o **Pedido** apresentado pela Recorrente. Vejamos a classificação geral abaixo:

MAPA DE APURAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS								
CLASS.	EMPRESAS	ITEM 1	ITEM 2	ITEM 3	ITEM 4	ITEM 5	ITEM 6	VALOR GLOBAL
1	EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA	R\$ 1.198.000,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 388.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 145.000,00	R\$ 3.201.000,00
2	ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS	R\$ 1.130.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 399.500,00	R\$ 299.000,00	R\$ 142.000,00	R\$ 148.000,00	R\$ 3.318.500,00
3	JACQUELINE M DOS SANTOS	R\$ 1.024.000,00	R\$ 1.290.614,00	R\$ 399.999,00	R\$ 322.678,00	R\$ 161.339,00	R\$ 161.000,00	R\$ 3.359.630,00
4	ARES EMPREEND., SERV E LOC EQUIP LTDA	R\$ 1.229.000,00	R\$ 1.198.000,00	R\$ 399.000,00	R\$ 298.000,00	R\$ 141.000,00	R\$ 147.000,00	R\$ 3.412.000,00
5	ILUMITERRA CONSTR. E MONT. LTDA	R\$ 1.229.999,99	R\$ 1.198.999,99	R\$ 450.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 144.000,00	R\$ 149.000,00	R\$ 3.471.999,98
6	BARRA RIO IND., COM. E SERVICOS LTDA	R\$ 1.276.800,00	R\$ 1.226.178,30	R\$ 459.816,94	R\$ 306.544,63	R\$ 153.272,31	R\$ 153.272,31	R\$ 3.575.884,49
7	WT TECNOLOGIA GESTAO E ENERGIA S A	R\$ 1.310.000,00	R\$ 1.210.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 161.339,28	R\$ 161.339,28	R\$ 3.612.678,56
8	ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE LTDA	R\$ 1.343.733,00	R\$ 1.289.733,30	R\$ 484.000,00	R\$ 322.133,00	R\$ 161.339,28	R\$ 161.339,28	R\$ 3.762.277,86
9	RH ENGENHARIA LTDA	R\$ 1.344.000,00	R\$ 1.290.714,00	R\$ 484.017,84	R\$ 322.678,56	R\$ 161.339,28	R\$ 161.339,28	R\$ 3.764.088,96
10	FULL TEC ENGENHARIA LTDA	R\$ 1.344.000,00	R\$ 1.290.714,00	R\$ 484.017,84	R\$ 322.678,56	R\$ 161.339,28	R\$ 161.339,28	R\$ 3.764.088,96
11	TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA	R\$ 1.344.000,00	R\$ 1.290.714,00	R\$ 484.017,84	R\$ 322.678,56	R\$ 161.339,28	R\$ 161.339,28	R\$ 3.764.088,96
12	FRILUZ ENGENHARIA E SERVICOS LTDA	R\$ 1.956.000,00	R\$ 2.010.714,00	R\$ 1.084.017,84	R\$ 922.678,56	R\$ 444.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 6.597.410,40

Após a análise e verificação realizada pelo Pregoeiro e seus pares, quanto a conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, foi então comunicado a desclassificação da empresa **EFATA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inicialmente classificada em primeiro, conforme demonstrado abaixo:

- Pregoeiro 02/08/2023 14:03:58 Informo a todos que a Habilitação da empresa EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, não atendeu ao solicitado quanto ao atestado de capacidade técnica os atestados recebidos não comprovam de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida.
- Pregoeiro 02/08/2023 14:04:41 Descrição do Objeto: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo".
- Pregoeiro 02/08/2023 14:09:51 Os atestados apresentados tem como objeto serviço de locação de equipamentos destinados a pavimentação em asfalto, Organização de eventos, produção, Locação de estrutura com planejamento e fornecimento de materiais e Produção, infraestrutura, montagem, organização e acompanhamento para a realização do evento "REVEILLON 2019/2020".
- Pregoeiro 02/08/2023 14:14:51 Não podendo suprir as exigências para aprovação do atestado de capacidade técnica. Desta forma a proposta será recusada e iniciarei a convocação da empresa próxima colocada no certame conforme edital.

Como não houve nenhuma manifestação de recurso e questionamento do julgamento, o Pregoeiro passou à análise e verificação ao segundo colocado na classificação:

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA.

Estando sua documentação, quanto a Qualificação Jurídico-Fiscal; Jurídica; Econômico-Financeira, em conformidade com os requisitos do Edital. O Pregoeiro mantendo o rito processual, solicitou então, que esta empresa apresentasse sua Proposta Comercial com valores atualizados de acordo com o lance do pregão; acompanhada, das Planilhas de Custos e Formação de Preços Ofertados para complementação dos documentos.

- Pregoeiro 02/08/2023 14:30:16 Para ILUMISUL SOLUCOES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA - Solicito a proposta reajusta de acordo com o último lance (desconto negociado), com o prazo de envio até o dia 03/08/2023 as 14:30 horas, conforme item do edital, contendo em uma única proposta todos os itens ganhos a dilação do prazo se dá para elaboração da planilha de custos.
- Sistema 02/08/2023 14:32:16 Senhor fornecedor ILUMISUL SOLUCOES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, CNPJ/CPF: 12.917.918/0001-89, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1.

Após diversas correções e ajustes de resultados matemáticas, todas no âmbito de erros formais, onde inclusive foram ajustados os critérios de arredondamento, se para cima ou para baixo; **o Pregoeiro admitiu a Proposta como completa e alinhada aos requisitos formais para adjudicação e posterior assinatura de contrato; tendo em vista, que o Valor Global ofertado no Pregão, não sofreu mudança e nem acréscimo.** Contudo, cumprindo as regras do Edital, publicou a reabertura do certame:

Pregoeiro	10/08/2023 11:11:57	"11.18.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por uma dessas em valor até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta,"
Pregoeiro	10/08/2023 11:12:16	Conforme eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
Pregoeiro	10/08/2023 11:14:08	O retorno a disputa do retorno de fase de Desempate ME/EPP ocorrerá às 11:30 de hoje 10/08/2023. Desde já ficam todos convocados a estarem conectados.
Pregoeiro	10/08/2023 11:33:09	Senhores licitantes informo que iniciarei a fase de desempate obrigatória convocada pela sistema.
Sistema	10/08/2023 11:33:25	O item G1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema	10/08/2023 11:33:25	Sr. Fornecedor JACQUELINE M DOS SANTOS, CPF/CNPJ 11.650.176/0001-05, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 11:38:25 do dia 10/08/2023. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	10/08/2023 11:38:32	O item G1 teve o 1º desempate Me/Epp encerrado às 11:38:25 de 10/08/2023. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor JACQUELINE M DOS SANTOS, CPF/CNPJ 11.650.176/0001-05.
Sistema	10/08/2023 11:38:32	Sr. Fornecedor ARES EMPREENDIMENTOS, SERVICOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CPF/CNPJ 30.837.779/0001-65, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item G1 até às 11:43:32 do dia 10/08/2023. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	10/08/2023 11:43:39	O item G1 teve o 2º desempate Me/Epp encerrado às 11:43:32 de 10/08/2023. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor ARES EMPREENDIMENTOS, SERVICOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CPF/CNPJ 30.837.779/0001-65.
Sistema	10/08/2023 11:43:39	O item G1 teve empate real para o valor 3.764.088,9600. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	10/08/2023 11:43:39	O item G1 está encerrado.
Pregoeiro	10/08/2023 11:44:49	Senhores conforme já informado pelo sistema após a fase de desempate permanece a classificação anterior.
Pregoeiro	10/08/2023 11:46:02	Passarei agora ao aceite, Habilitação e posteriormente será aberta a fase para manifestação de intenção de recursos.

Realizou-se a abertura de prazo para recursos, abrindo e garantindo tempo e condições para o contraditório.

Sumariamente, a empresa **RECORRENTE TALIMAQ CONSTRUTORA**, classificada em **penúltimo lugar**, de um total de **12 participantes proponentes**; ocasionado por uma evidente indignação; resolveu atuar para impedir o prosseguimento do processo.

Mas não logrou êxito nesta primeira iniciativa:

Pregoeiro	10/08/2023 11:50:22	O PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO PERMANECERÁ ABERTO ATÉ AS 12:20 HORAS de hoje – dia 10/08/2023.
Pregoeiro	10/08/2023 11:50:31	A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a Licitante declarada vencedora.
Pregoeiro	10/08/2023 11:50:50	Demais informações poderão ser obtidas via e-mail: licitacaopmnf@gmail.com , telefone: (22) 2523-1113 – Pregoeiro Leonardo Gabrig Peixoto.
Pregoeiro	10/08/2023 14:39:22	Conforme o Edital em seu item: " 11.19 No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
Pregoeiro	10/08/2023 14:40:05	"Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1.811/2014 – Plenário Tribunal de Contas da União)"
Pregoeiro	10/08/2023 14:40:28	Deste modo rejeito a intenção de recurso e será solicitada a correção da planilha de custos para que a mesma seja completada sem a alteração do valor da proposta.

Vimos que após a realização de todas as correções solicitadas pelo Pregoeiro, que aceitou a proposta e seus respectivos documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do edital; a **RECORRENTE TALIMAQ**, apresentou formalizou através de seu Recurso, diversas alegações que, como ficará demonstrado a seguir, buscam, se não interromper, alterar o curso natural do Processo e gerar danos e prejuízos ao erário público. Devemos esclarecer que o atual contrato de Manutenção se encerra nos próximos dias e, não há meios de renovação. Logo, **os munícipes poderão ficar sem os serviços de iluminação pública adequados para garantir a segurança pública, mobilidade viária e eficácia operacional.**

DAS ALEGAÇÕES INFUNDADAS

Identificamos 6 (seis) alegações que serão pontuadas e tratadas a fim de romper a narrativa imposta pela Recorrente, que evita a transparência do Processo, conduzido e levado a cabo pelo Sr. Pregoeiro e sua comissão com **Legalidade, Impessoabilidade, Moralidade, Publicidade e Economicidade**; princípios da Gestão Pública brasileira são popularmente conhecidos como LIMPE

1. Primeira Alegação:

"Não observou o princípio da isonomia, pois o edital veio dotado de regras claras e igualitárias para todas as licitantes sem direcionar privilégios, bem como, violou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, já que o edital é regra intransponível." - Grifo nosso

Não há como discutir e ponderar um questionamento desses. Fato que demonstra o devaneio e postura de ente ainda em formação, pondo em dúvida a índole do Pregoeiro. Ora, como já ficou esclarecido no julgamento do Pregoeiro, a Primeira Classificada não apresentou a Qualificação Técnica exigido no Edital. **Trata-se de erro substancial.** Não tem como aceitar por correção.

2. Segunda Alegação:

"Sobreleva notar que o princípio da vinculação ao edital, que norteia todo o procedimento licitatório, incide tanto para a administração quanto para os licitantes, consequentemente, a não apresentação de documentos de forma correta por parte da licitante na fase de classificação e habilitação autoriza sua desclassificação ou inabilitação do certame, nos termos da Lei n. 8.666/93, por desrespeitar as cláusulas do edital que, subsumindo-se em disciplinadas regras de fundo e procedimentais da licitação, estabelece vínculo entre a Administração e os interessados nela em contratar."

Todos os documentos apresentados pela **ILUMISUL** estavam corretos e de acordo com o Edital. Voltamos a repetir: Não há como discutir e ponderar um questionamento desses. Fato que demonstra certa miopia intencional e insegurança de ente ainda em formação, pondo em dúvida novamente a índole do Pregoeiro. As Planilhas com erros de arrendamento apresentados várias vezes, segundo o recorrente, foi fruto da persistência do Pregoeiro em cumprir a apresentação correta sem se apegar a um formalismo rigoroso, mas buscando objetivamente a precisão na melhor proposta apresentada. Deve-se deixar claro que o edital se limitava a pedir que os preços e valores das propostas fossem com até duas casas decimais; sem, contudo, prever se fatais arredondamentos fossem ajustados para cima ou para baixo.

3. Terceira Alegação: Insiste o recorrente em requisitar isonomia no tratamento entre os licitantes, pois, não permitiu à **EFATA** proceder na readequação de seus documentos.

"Deste modo, aqui não podemos falar que isso é um resultado pela busca do menor preço, pois, se assim fosse, daria chance a primeira colocada para complementar a sua documentação."

Para tanto seria necessário que a mesma apresentasse um ACT-Atestado de Capacidade Técnica que não possui e, mesmo assim, seria o mesmo que anexar um documento de habilitação após o prazo estabelecido no Edital. Além disso, a mesma poderia ter entrado com Recurso, requerendo o prazo para readequação. Mas não utilizou deste recurso, pois não seria legitimado perante a Lei.

Percebemos mais uma vez, que o recorrente não sustenta suas ilações amparadas num arcabouço legal e juridicamente corretas; mas sim, numa visão particular, pessoal. Como já foi demonstrado, **sua classificação só lhe permite alcançar o tumulto do certame e gerar prejuízos a administração pública.**

Para piorar relata: *"É certo, que todo esse malgrado, vai influenciar na prestação dos serviços, já que uma empresa que não se dá o brio de ter mais cuidados na hora de readequar a sua planilha, o que esperar de seus serviços? Certamente, o mesmo zelo que teve na readequação da proposta, ou seja, nenhum".*

Demonstra assim, total desempenho imoral, agressivo, malcriado e perverso. O que esperar de uma empresa destas? Essa é a questão que todos devem estar se perguntando.

4. **Quarta Alegação:** DA INCONSISTÊNCIA DA PLANILHA READEQUADA

DA COMPOSIÇÃO ERÔNEA

Em fácil matemática, podemos notar que se compararmos os itens I, II, III e IV, há erros nas composições salariais para "bancar" os motoristas e eletricitas que irão ocupar os postos em cada veículo.

Falando rapidamente, o item I compõe duas equipes (uma em cada turno) contendo cada uma um motorista e um eletricista, obtendo o total de quatro pessoas. Posteriormente o item II compõe quatro equipes, já que são dois caminhões, sendo uma em cada turno, contendo cada uma um motorista e um eletricista, obtendo o total de oito pessoas.

Já nos itens III e IV, ambos para veículos, cada um compõe duas equipes (uma em cada turno) contendo cada uma um motorista e um eletricista, obtendo o total de quatro pessoas em cada.

Partindo dessa explanação preambular, é fácil contatar que metade das equipes irão trabalhar no turno noturno. **Onde está contabilizado o adicional noturno?** Não foi contabilizado isso.

Ainda falando sobre adicionais, podemos afirmar que **não está previsto adicional de periculosidade para nenhum eletricitista.**

- É fato que todos os encargos sociais estão contemplados e discriminados na PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, a fórmula para se chegar aos valores inclui todos os requisitos trabalhistas e previdenciários. Há funções/atividades com adicionais noturnos e outras não.

II - MÃO DE OBRA: R\$ 8.671,88			II - MÃO DE OBRA: R\$ 19.078,14		
Remunerações	%	Valor	Remunerações	%	Valor
Salário		R\$ 8.671,88	Salário		R\$ 17.343,76
Adicionais			Adicionais		R\$ 1.734,38
Outros (especificar)			Outros (especificar)		
Valor da Remuneração		R\$ 8.671,88	Valor da Remuneração		R\$ 19.078,14
Valor da Reserva Técnica			Valor da Reserva Técnica		
III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 5.684,47			III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 12.505,77		
Grupo A	%	Valor	Grupo A	%	Valor
INSS	20,00%	R\$ 1.734,38	INSS	20,00%	R\$ 3.815,63
SESI OU SESC	2,50%	R\$ 216,80	SESI OU SESC	2,50%	R\$ 476,96
SENAI OU SENAC	0,00%	R\$ 0,00	SENAI OU SENAC	0,00%	R\$ 0,00
INCRÁ	1,50%	R\$ 130,08	INCRÁ	1,50%	R\$ 286,18
Salário Educação	1,00%	R\$ 86,72	Salário Educação	1,00%	R\$ 190,79
FGTS	0,60%	R\$ 52,04	FGTS	0,60%	R\$ 114,47
Seguro Acidente de Trabalho	0,20%	R\$ 17,35	Seguro Acidente de Trabalho	0,20%	R\$ 38,16
SEBRAE	8,00%	R\$ 693,76	SEBRAE	8,00%	R\$ 1.526,26
Grupo B	%	Valor	Grupo B	%	Valor
Férias	19,42%	R\$ 1.683,80	Férias	21,36%	R\$ 3.704,34
Auxílio Doença			Auxílio Doença		
Licença Paternidade/Maternidade			Licença Paternidade/Maternidade		
Aviso Prévio	4,00%	R\$ 346,88	Aviso Prévio	4,40%	R\$ 763,13
13º Salário	8,33%	R\$ 722,66	13º Salário	9,17%	R\$ 1.589,85
Valor dos Encargos Sociais	65,55%	R\$ 5.684,47	Valor dos Encargos Sociais	72,11%	R\$ 12.505,77
Valor de Mão de Obra (remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)		R\$ 14.356,35	Valor de Mão de Obra (remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)		R\$ 31.583,91

II - MÃO DE OBRA: R\$ 5.116,41			II - MÃO DE OBRA: R\$ 5.436,19		
Remunerações	%	Valor	Remunerações	%	Valor
Salário		R\$ 5.116,41	Salário		R\$ 5.116,41
Adicionais			Adicionais		R\$ 319,78
Outros (especificar)			Outros (especificar)		
Valor da Remuneração		R\$ 5.116,41	Valor da Remuneração		R\$ 5.436,19
Valor da Reserva Técnica			Valor da Reserva Técnica		
III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 3.353,85			III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 3.563,47		
Grupo A	%	Valor	Grupo A	%	Valor
INSS	20,00%	R\$ 1.023,29	INSS	20,00%	R\$ 1.087,24
SESI OU SESC	2,50%	R\$ 127,92	SESI OU SESC	2,50%	R\$ 135,91
SENAI OU SENAC	0,00%	R\$ 0,00	SENAI OU SENAC	0,00%	R\$ 0,00
INCRÁ	1,50%	R\$ 76,75	INCRÁ	1,50%	R\$ 81,55
Salário Educação	1,00%	R\$ 51,16	Salário Educação	1,00%	R\$ 54,37
FGTS	0,60%	R\$ 30,70	FGTS	0,60%	R\$ 32,62
Seguro Acidente de Trabalho	0,20%	R\$ 10,24	Seguro Acidente de Trabalho	0,20%	R\$ 10,88
SEBRAE	8,00%	R\$ 409,32	SEBRAE	8,00%	R\$ 434,90
Grupo B	%	Valor	Grupo B	%	Valor
Férias	19,42%	R\$ 993,61	Férias	20,63%	R\$ 1.055,53
Auxílio Doença			Auxílio Doença		
Licença Paternidade/Maternidade			Licença Paternidade/Maternidade		
Aviso Prévio	4,00%	R\$ 204,66	Aviso Prévio	4,25%	R\$ 217,45
13º Salário	8,33%	R\$ 426,20	13º Salário	8,85%	R\$ 453,02
Valor dos Encargos Sociais	65,55%	R\$ 3.353,85	Valor dos Encargos Sociais	69,65%	R\$ 3.563,47
Valor de Mão de Obra (remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)		R\$ 8.470,26	Valor de Mão de Obra (remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)		R\$ 8.999,66

DA INCIDÊNCIA DO ISSQN

..... Outro fato importante e não menos relevante, é que a recorrida **zerou totalmente a incidência do ISSQN em sua planilha. A Prefeitura não irá tributar na fonte?**

_ É fato que independente de qualquer interpretação que se possa ter da Lei; precisamos deixar evidente, que a Prefeitura é a contratante e como estabelece o Edital, primeiro, assumimos através do Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme demonstrado abaixo:



- 4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

_ Em segundo lugar seguimos a tese de que os itens em questão discriminam a Locação de Caminhões e Veículos e com isso adotamos a regra estabelecida na Súmula 31 do STF, que diz:

" a Súmula 31 do STF: "É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis"

DA VALORES DE LOCAÇÃO DE CAMINHÕES

.....

Outro item questionável é que enquanto a locação de um caminhão relativo ao item I, está custando três vezes mais dois caminhões em relação ao item II, já que enquanto o primeiro a recorrida colocou o valor do seu custo o montante de R\$ 20.650,05, dois caminhões do item II, custa cada um seis vezes mais barato, já que somado os dois, o montante fica em R\$ 6.270,17.

_ Neste caso, precisamos esclarecer que não existem leis, regras ou qualquer Norma definindo valores que podem ser cobrados pela Locação de Caminhões e Veículos, exceto o Edital que estabelece uma valor máximo por item ou pelo valor global; portanto, trata-se de incumbência da livre iniciativa do Proponente, cobrar o valor que lhe convém, sem com isso exceder o valor máximo definido no Edital.

5. **Quinta Alegação:** INCONSISTÊNCIA NA PLANILHA SALÁRIO DO ENGENHEIRO - ABAIXO DO VALOR NO CONTRATO.

a.

*"Em sua planilha, a recorrida informa que **o pagamento para custeamento do salário de seu Engenheiro** Paulo Granato da Silva Castro, seria o valor de R\$ 2.183,75 (dois mil, cento e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), **menor do que até mesmo um técnico de segurança do trabalho**, já que de acordo com a planilha da recorrida, seu técnico receberia o valor de R\$ 2.374,58 (dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)."*

_ Neste caso o entendemos que o valor declarado diz respeito a parcela de remuneração devida ao Profissional, em regime de participação distribuída pelos serviços discriminados abaixo, não correspondendo a remuneração integral estabelecida em contrato particular, com anuência do respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA/RJ:

*"V Profissional Habilitado com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto lícito, engenheiro eletricista, que **atuará como Responsável Técnico da Empresa perante os serviços executados**. Comprovação da capacitação técnico-operacional, e profissional dos responsáveis técnico, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, relativos a serviços equivalentes e de características semelhantes ao objeto da presente licitação onde serão consideradas parcelas de maior relevância, com no mínimo de 2 anos de formado.*

_ A partir daqui vamos ter uma série de ilações desconexas e desgarradas do contexto que demonstram a vulnerabilidade racional da Recorrente na ânsia de atacar moralmente a integridade do Proponente, que de antemão agradece a

compreensão dos Srs. Pregoeiro e demais membros. Temos acusações levianas e infundadas

b.

Por fim, o que esse conjunto de acontecimento nos mostra, é que a recorrida não tem nenhum compromisso com sua formação de preços, nenhum compromisso com seus funcionários e muito menos, terá compromisso em efetuar os serviços.

c.

*É bom frisar, que em **uma possível ação trabalhista** em face da recorrida, certamente a Administração Pública configurará como solidária no polo passivo da demanda. Já que, aqui está sendo alertada e não está tomando qualquer iniciativa para que isso não aconteça.*

d.

..... vigente, , É sabido que a certidão de falência e concordata atesta a existência ou não de pedido de falência pela empresa. O documento também informa se houve pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, conhecido como concordata.

_ Provável texto colado de algum outro Recurso, inserido aqui de forma equivocada e incoerente, que não requer comentários.

6. **Sexta Alegação:** DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL COM DÍVIDA POSITIVA

"A recorrida acostou a em sua documentação de habilitação, a Certidão de Regularidade Fiscal Positiva com a Fazenda Municipal de sua sede, qual seja Rio de Janeiro.

Nota-se que a referida certidão não é uma positiva com efeito de negativa, e sim POSITIVA."

_ Sim, realmente nossa Certidão com a Fazenda Municipal, no caso no Município do Rio de Janeiro está como Positiva:



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DO ISS E TAXAS

Nº Autenticação: 6213273854

Órgão: FP/SUBEX/REC-RIO/CIS-3

Controle: 122002024

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

ILUMISUL SOLUCOES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA

AVN ALMTE BARROSO 72

PAV 3 SAL 311 A 313

CENTRO RIO DE JANEIRO 20031-001 RJ

CNPJ/CPF

12.917.918/0001-89

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

0.493.541-1

CERTIDÃO POSITIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 5

CERTIFICO que, em relação ao contribuinte acima qualificado, consta(m)a(s) seguinte(s) ocorrência(s):

Processo

Processo

Nota de Débito

0481844 N.D. EM COBRANCA NA PG/PDA (D. ATIVA)

Nota de Débito

A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data da sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 13 de MARÇO de 2023.

HOR

Carimbo e Assinatura do Fiscal de Rendas

OBSERVAÇÕES

I - No caso de apontar apenas notas de débitos ou, concomitantemente, processos relativos, exclusivamente, a créditos tributários em situação fiscal regular, a presente certidão terá efeitos de Negativa se complementada por certidão da Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro que as notas de débito se encontram regularizadas.


Mas é de fácil a leitura do texto que vem no rodapé da Certidão (destacado em vermelho) que diz o seguinte:

"No caso de apontar apenas notas de Débitos, ou, concomitantemente, processos relativos, exclusivamente, a créditos tributários em situação regular, a presente certidão terá efeitos de Negativa se complementada por Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro que as notas de débito se encontram regularizadas." Grifo

nosso

"Para ludibriar este julgador, a recorrida anexou uma Certidão emitida pela Procuradoria Municipal do Rio de Janeiro, afirmando que tal débito estaria com a exigibilidade suspensa em razão de parcelamento.

Eis o documento apontado e que de fato diz:

 PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Procuradoria Geral do Município Procuradoria da Dívida Ativa	Código de Controle 44CBBC9M9C
--	---

Página 1 de 1

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Ressalvado o direito de o Município do Rio de Janeiro cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo identificado neste documento que vierem a ser apuradas, A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a **ILUMISUL SOLUCOES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA**, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas jurídicas - CNPJ sob o nº 12.917.918/0001-89, inscrição municipal nº 0.493.541-1, com endereço no(a) AV ALM BARROSO, nº 72 - PAV 3 SAL 311 A 313 - RJ Cep: 20031-001, certifica que

FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

ILUMISUL CONSULTORIA E GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA - 12.917.918/0001-89						
Certidão	Natureza	Dívida (R\$)	Situação	Fase	Exigibilidade	Exec. Fiscal
10/009592/2017-00	ISS	23.274,56	Parcelada	Amigável	Suspensa	

Certo é que quem garante que a recorrida simplesmente parcelou seus impostos para ter a exigibilidade suspensa dos créditos tributários, justamente para obter uma certidão positiva com efeitos de negativa?

Chegam a ser hilários os termos da Alegação e conclui aqui dizendo:

"Ainda é bom informar que esta recorrente não está fazendo calúnias ou ilações, já que apenas estamos informando suposições, baseadas em informações públicas trazidas no próprio site da Fazenda Municipal, devendo ser diligenciado pelo Pregoeiro e pelo Gestor da Pasta.

.....

.....

Sabemos que conforme previsto no §3º do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, é facultada a qualquer tempo, a promoção de diligência para complementar as informações ou dirimir dúvidas sobre os documentos apresentados pela recorrida.

Não existe quantidade certa ou limite geral de diligências a serem promovidas pelo pregoeiro ou comissão de licitação,

destinados a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

Aqui, neste momento, ficou claro que ele destruiu todo o argumento utilizado na inicial de seu "Recurso". Mas como já dissemos, trata-se de investida para tumultuar o certame e divertir a plateia.

Por fim ele faz o seu Pedido:

*"Seja julgado provido o presente recurso, outrossim, lastreada nas razões recursais, com efeito para que o Gestor, o pregoeiro e sua equipe reconsiderem a decisão e **reconheça a desclassificação e inabilitação da empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA**,....."*

Vamos examinar a questão sob o enfoque do saneamento de vícios formais de propostas. De acordo com o art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, "É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

Pois então, qual o limite para a realização de diligências e esclarecimentos ou complementação de informações das propostas em exame?

Inclusive, Marçal Justem Filho nos ensina, in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, in verbis:

*"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. **A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo.** Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. **Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos.** Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."* (Grifo nosso).

É certo, que eventuais erros formais ou materiais no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame. Devendo o órgão público, após verificado o equívoco, solicitar e conceder prazo para a regularização do erro, possibilitando, assim, a melhor identificação da proposta apresentada.

O TCU já se manifestou diversas vezes a respeito, trazemos o **Acórdão 1487/2019 Plenário:**

"A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto".

Outros julgados nesse mesmo sentido:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)"

"A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (Acórdão 2546/2015-Plenário)"

O principal objetivo de um procedimento licitatório, como se sabe, é suprir demandas de serviços e bens no preço mais vantajoso possível, atendendo-se, desta forma, o princípio do interesse público. Neste processo, **a Proposta de Preço da ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA,** conforme já demonstrado anteriormente, foi apresentada e classificada como sendo a melhor proposta.

Impedir, portanto, que a **ILUMISUL** participe e tenha o objeto licitatório adjudicado por meros erros formais ou materiais, vincula-se ao chamado formalismo exacerbado, que pode vir a impedir o cumprimento da finalidade da licitação. E sabemos que não é este o intento desta comissão.

DO PEDIDO

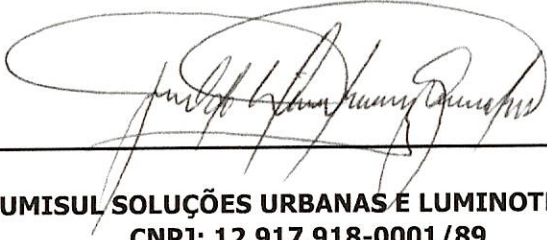
Diante do exposto, Pedimos que:

- i. Seja julgado procedente a presente Contrarrazões, com a consequente declaração de vitória da empresa: **ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA e sua respectiva adjudicação**
- ii. Seja julgado improcedente o Recurso, impetrado pela empresa: **TALIMAO CONSTRUTORA LTDA com advertência pelos termos e intenções impostos aos demais participante do Processo**
- iii. Subsidiariamente, não sendo reconsiderada a decisão, se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for hierarquicamente e imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2023.

12.917.918/0001-89
ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E
LUMINOTÉCNICA LTDA.-EPP
Av. Almirante Barroso, 72 - 3º Andar, Sala 312
Centro - CEP 20031-001
RIO DE JANEIRO - RJ


ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA
CNPJ: 12.917.918-0001/89
GERALDO LUIS CHAVES GUEDES – SÓCIO ADMINISTRADOR
comercial@ilumisul.com

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023.

Processo Licitatório nº: 3.904/2023

Processo Recurso nº: 22.304/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ: ° 07.319.674/0001- 00, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 22.304/2023.

I. DAS PRELIMINARES

Comissão de Pregão I

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 16/08/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 3.904/2023, a empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 6.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a impugnante que, não obstante terem sido oportunizadas reiteradas chances para que fosse corrigida a "Planilha de custos e formação de preços" apresentada pela empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, o referido documento teria sido aceito ainda contendo erros. Ademais, argumenta que não teria sido dispensado tratamento isonômico às concorrentes, já que a primeira colocada não teve oportunidade de complementar a sua documentação.

Menciona, ainda, que a recorrida teria apresentado a Certidão de Regularidade Fiscal Positiva com a Fazenda Municipal de sua sede, juntamente com uma Certidão emitida pela Procuradoria Municipal do Rio de Janeiro, afirmando que tal débito estaria parcelado. Argumenta que, como a empresa poderia simplesmente ter negociado seus impostos para ter a exigibilidade suspensa dos créditos tributários somente para obter uma certidão positiva com efeitos de negativa, seria necessário diligenciar para ratificar que a certidão emitida seja condizente com a realidade atual da recorrida.

Comissão de Pregão I

Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidos pela peticionária, na esteira do exposto, requer-se:

- a. Seja reconhecida a tempestividade do recurso;
- b. Seja julgado provido o presente recurso, outrossim, lastreada nas razões recursais, com efeito para que o Gestor, o pregoeiro e sua equipe reconsiderem a decisão e reconheçam a desclassificação e inabilitação da empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, pelos motivos já expostos acima, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA alega que, após diversas correções e ajustes de resultados matemáticas, todas no âmbito de erros formais, em que inclusive foram ajustados os critérios de arredondamento, se para cima ou para baixo, o Pregoeiro admitiu a Proposta como completa e alinhada aos requisitos formais para adjudicação e posterior assinatura de contrato, tendo em vista que o Valor Global ofertado no Pregão não sofreu mudança e nem acréscimo.

Quanto à afirmação da recorrente de que a "Planilha de custos e formação de preços" ainda conteria erros, a recorrida discorreu ponto a ponto acerca dos apontamentos apresentados pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA em suas razões recursais, classificando-os como infundados.

No tocante à alegação de que não teria sido dispensado tratamento isonômico às concorrentes, a recorrida argumenta que a primeira classificada



Comissão de Pregão I

(EFATA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA) não apresentou a qualificação técnica exigida no Edital, o que configura erro substancial não passível de correção, tanto que tal empresa nem chegou a recorrer após sua desclassificação. Já as oportunidades para correção das planilhas da recorrida teriam sido fruto da persistência do Pregoeiro em cumprir a apresentação correta sem se apegar a um formalismo rigoroso, mas buscando objetivamente a precisão na melhor proposta apresentada.

No que se refere à Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal, a recorrida alega que realmente sua Certidão com a Fazenda Municipal encontra-se positiva, mas como está complementada por Certidão da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, tem efeitos de Negativa.

Diante do exposto, requer que:

- c. Sejam julgadas procedentes as presentes Contrarrazões, com a consequente declaração de vitória da empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA e sua respectiva adjudicação;
- d. Seja julgado improcedente o Recurso impetrado pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA, com advertência pelos termos e intenções impostos aos demais participante do Processo;
- e. Subsidiariamente, sendo reconsiderada a decisão, se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for hierarquicamente e imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie.



Comissão de Pregão I

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

O item 18.1 do Edital dispõe sobre a seguinte obrigatoriedade: "Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida." Quanto à alegação referente a falta de isonomia apresentada pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA em sua peça recursal às fls. 03 a 06, ressaltamos que o motivo da desclassificação da empresa primeira colocada (EFATA COMERCIO & SERVIÇOS LTDA) foi o descumprimento do item supramencionado, considerando a divergência entre a referência dos atestados de capacidade técnica anexados à documentação no sistema e disponibilizados no SICAF, constantes de fls. 486 a 520 do processo 3.904/2023, e o objeto da licitação em tela.

Em relação às solicitações para correção das planilhas de custos apresentadas pela empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA, frisamos que tais retificações não alteram a proposta base e muito menos o valor ofertado pela empresa, sendo inclusive recomendadas pelos Tribunais de Contas em vários acórdãos diferentes, conforme observamos a seguir:

O TCU da ciência à (omissis) que "(...) as omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não ensejam necessariamente a antecipada desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública promover as adequadas diligências junto às licitantes para a devida correção das eventuais falhas, sem a alteração, contudo, do valor global originalmente proposto, em consonância, por exemplo, com



Comissão de Pregão I

os Acórdãos 2.546/2015, 1811/2014 e 187/2014, do Plenário do TCU; 9.4.2. a eventual preclusão do direito de recurso por perda de prazo, nos termos do art. 45, §1º, da Lei nº 12.462, de 2011, não se confunde com o poder-dever de a administração rever os seus atos eivados de ilegalidade, nos termos do art. 63, §2º da Lei nº 9.784, de 1999, e da Súmula nº 473 do STF."

(Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 830/2018, Plenário).

O TCU da ciência ao (omissis) de que "(...) o excesso de rigor e formalismo identificado na aferição das propostas técnicas fere o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 3º da Lei 8.666/1993 e pode ser mitigado através de diligências, conforme dispõe o art. 43, §3º da Lei 8.666/1993; 9.4.2. a inobservância do princípio da isonomia, no tratamento desigual dado aos licitantes no cômputo da pontuação de suas propostas técnicas desrespeita o art. 3º da Lei 8.666/1993; 9.4.3. a falta de motivação dos atos administrativos, a exemplo da ausência, no processo licitatório objeto desta Representação, das razões para a desclassificação da representante, em desacordo com o disposto no art. 50, inciso I e §1º da Lei 9.784/1999."

(Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 581/2018, Plenário).



Comissão de Pregão I

Já no tocante ao questionamento acerca do salário do engenheiro apresentado pela empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, cabe observar que o Edital e seu termo de referência não fazem menção à obrigatoriedade de contratação de mão de obra exclusiva, portanto não se pode ser cobrado que a integralidade do salário dos funcionários seja coberto por essa contratação. Conforme doutrina relativa a contratos de serviços continuados ou não, que não envolvam dedicação exclusiva, a definição do valor devido pode ocorrer com base em planilha, sendo necessário, para tanto, ponderar a viabilidade de sua elaboração.

Cabe destacar que o Termo de Referência traz em seu item 12.1.5 como obrigação da contratada: "Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: encargos trabalhistas, previdenciários, despesas com alimentação, hospedagem, transporte e quaisquer outras que por ventura venham a ocorrer em relação aos seus contratados;", portanto todos os custos decorrentes da contratação são de responsabilidade da empresa.

No que se refere à Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal, corroboramos o entendimento da recorrida de que se a Certidão com a Fazenda Municipal Positiva for complementada com a Certidão da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro informando que os débitos estão sendo regularizados, o efeito será de Certidão Negativa, conforme informado no corpo do próprio documento. *Ren*

Ante o exposto, submeto as razões da recorrente aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, na forma que dispõe o item 24.2 do edital, para pronunciamento de ordem técnica da Secretaria Municipal de Serviços Públicos acerca do objeto licitado, conforme documentação anexada aos autos, e



Comissão de Pregão I

que os mesmos sejam posteriormente encaminhados a procuradoria do município, a fim de subsidiar a decisão deste pregoeiro.

Ato contínuo, os autos deverão retornar a esta Comissão de Pregão I para ciência e demais providências cabíveis, conforme o caso.

Nova Friburgo, 30 de agosto de 2023.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934



Nova Friburgo, 01 de Setembro de 2023.

Origem: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

**Destino: Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico
– Setor de Pré-Liquidação**

Processo Licitatório nº: 3.904/2023

Processo Recurso n.º: 22.304/2023

Assunto: Recurso Administrativo

Após análise de todas as alegações apresentadas, bem como a manifestação exarada pela Comissão de Pregão, passamos ao pronunciamento desta Secretaria.

No que se refere a alegação quanto aos valores apresentados pela Empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA, lembramos que dentre os anexos do Edital havia a planilha orçamentária (anexo II), instrumento no qual é apresentado orçamento estimado de quantitativos e preços unitários, conforme §2º, inciso II do art. 40 da Lei Federal 8.666/93. A referida planilha é elaborada com base na pesquisa de mercado realizada na fase interna do processo licitatório.

Vale ressaltar, que o art. 3 da referida lei dispõe dentre outras, que a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e julgada em conformidade com os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, da moralidade, da igualdade, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Ademais, o processo foi realizado na modalidade de Pregão Eletrônico e no momento da fase de lances as empresas irão ofertar seus valores de forma decrescente, buscando o melhor preço, finalidade da modalidade aplicada, de acordo com o Decreto Federal 10.024/2019.

Isto posto, o fato da referida empresa ofertar preço menor que outros participantes, inicialmente, não pressupõe que não possua reais condições de cumprir o contrato.

Cabe ressaltar, também, que de acordo com o art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 é vedado a administração a fixação de valores mínimos.

Sendo assim, destacamos que o exame de toda a documentação apresentada pela empresa foi avaliado com base nos parâmetros dos valores de referência da mencionada planilha, bem como na realidade do mercado.

Além disso, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Serviços Públicos realizou a análise e aprovação da qualificação técnica, os atestados de capacidade técnica apresentados, bem como o catálogo dos veículos e todos estavam de acordo com as exigências editalícias.

Dito isso, remetemos os autos a Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão para análise técnica da alegação pertinente a essa Pasta.

Ato contínuo, encaminhar a Procuradoria-Geral para análise das manifestações apresentadas.

Atenciosamente,



GUILHERME DE CARVALHO RAMOS
Subsecretário Municipal de Serviços Públicos
Mat: 063.232

De acordo em prosseguimento:



MARCELO DA SILVA PEREIRA
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr.: 100.530



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Relatório de Comprovante de Envio de Atividades

ORIGEM

Remessa Nº **432.145**

Participante **FISCAIS TRIBUTOS**

Responsável **CARLA CUNHA SALLES**

Data e Hora **04/09/2023 14:34:55**

Processo nº	22.304/23
Data	04 SET 2023
Folhas nº	62

Nova Friburgo, 04 de Setembro de 2023


CARLA CUNHA SALLES
FISCAIS TRIBUTOS

PRO COLO

Protocolo: **Processo Requerimento Nº 022304/2023**

Origem: **TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA**

Contato: **TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA**

Protocolador: **ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA**

Assunto: **RECURSO**

Detalhamento: **RECURSO**

ENCAMINHAMENTO

Ao responsável, para que esclareça sobre qual alegação é pertinente a essa pasta.

RECEBIMENTO

Para Providências

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

_____/_____/_____
**SECRETARIA MUN. DE SERVICOS
PUBLICOS**

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Relatório de Comprovante de Envio de Atividades**ORIGEM**Remessa Nº **432.364**Participante **SECRETARIA MUN. DE SERVICOS PUBLICOS**Responsável **LUIZA PEREIRA SILVA**Data e Hora **04/09/2023 15:14:40**

Nova Friburgo, 04 de setembro de 2023

LUIZA PEREIRA SILVA
SECRETARIA MUN. DE SERVICOS PUBLICOS

PROTOCOLOProtocolo: **Processo Requerimento Nº 022304/2023**Origem: **TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA**Contato: **TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA**Protocolador: **ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA**Assunto: **RECURSO**Detalhamento: **RECURSO****ENCAMINHAMENTO**3904/2023 - 04 volumes
22304/202316712/2023
Remetemos os autos para análise técnica das alegações acerca da incidência do
ISSQN às fls. 05**RECEBIMENTO****Para Providências**Favor tomar as devidas providências conforme
solicitado.

____/____/____

FISCAIS TRIBUTOSGerado por: **luizapereira02@gmail.com**

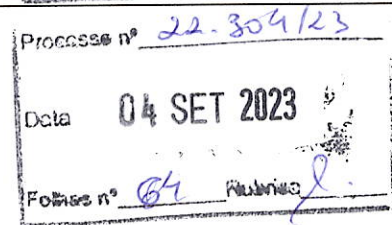
Página 1 de 1

04/09/2023 15:14

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Relatório de Comprovante de Envio de Atividades**ORIGEM**Remessa Nº **432.544**Participante **FISCAIS TRIBUTOS**Responsável **SUELYN LAMOGLIA**Data e Hora **04/09/2023 16:56:21**

Nova Friburgo, 04 de Setembro de 2023

SUELYN LAMOGLIA
FISCAIS TRIBUTOS**PROTOCOLO**Protocolo: **Processo Requerimento Nº 022304/2023**Origem: **TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA**Contato: **TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA**Protocolador: **ROSA AMÉLIA LEMOS SILVA**Assunto: **RECURSO**Detalhamento: **RECURSO****ENCAMINHAMENTO**

REMETO OS AUTOS EM ESCLARECIMENTO AO QUESTIONAMENTO DE RETENÇÃO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. DE FATO OS SERVIÇOS PRESTADOS TENDO COMO TOMADOR (a) A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO IRÃO SOFRER RETENÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 191, I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2018. O SETOR DE PRÉ LIQUIDAÇÃO É O RESPONSÁVEL POR RETER O VALOR DO ISSQN DOS SERVIÇOS PRESTADOS PARA O DEVIDO PAGAMENTO DA RETENÇÃO IMPOSTA POR LEI, SENDO O SERVIÇO PAGO AO PRESTADOR COM O DESCONTO DO IMPOSTO RETIDO. PRESTADOS OS ESCLARECIMENTOS, À DISPOSIÇÃO. AT. TE

Suelyn Lamoglia de Freitas Castro
PMNF - Fiscal de Tributos
Mat. 115 179

RECEBIMENTO**Para Providências**

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

____/____/____

**SECRETARIA MUN. DE SERVICOS
PUBLICOS**

Gerado por: suelynlamoglia@yahoo.com.br Página 1 de 1

4 de Set de 2023 16:56



PROCESSO N° 22304
DATA 11/09/23
Folhas N° 65 Rubrica 22304

Processo: 22.304/2023

Recorrente: Talimaq Construtora Ltda.

Recorrida: Ilumisul - Soluções Urbanas e Luminotécnica Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 113 de 2023 - Processo Licitatório n. 3.904/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. Pregão Eletrônico n. 113 de 2023 - Processo Licitatório n. 3.904/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de iluminação pública, com veículos adaptados, com operador/motorista e eletricitas, para que a contratada realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo.

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 03/06) que a planilha de preços e formação de custos apresentada pela recorrida, declarada vencedora do certame, foi aceita pela Comissão de Pregão contendo erros, não obstante terem sido oportunizadas reiteradas chances para que fosse corrigida, bem como que teria sido dispensado tratamento isonômico à recorrida, já que a primeira colocada não teve oportunidade de complementar a sua documentação.

Alega, ainda, que a recorrida teria apresentado a Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal positiva, juntamente com uma certidão emitida pela Procuradoria Municipal afirmando que tal débito estaria parcelado, argumentado que seria necessário diligenciar para ratificar que a certidão esteja condizente com a realidade atual, requerendo, por fim, o provimento do recurso e consequente inabilitação da empresa recorrida.



A recorrida apresentou contrarrazões às fls. 35/51, combatendo as alegações da recorrente item a item, afirmando que: 1) a primeira classificada não apresentou a qualificação técnica exigida no Edital, tratando-se de erro substancial, não passível de correção; 2) todos os documentos apresentados pela empresa estavam corretos e de acordo com o Edital e que as planilhas com erros de arredondamento apresentados várias vezes foram fruto da persistência do Pregoeiro na busca da melhor proposta sem se apegar a um formalismo rigoroso; 3) não houve ausência de isonomia, pois a empresa Efata, inicialmente classificada em primeiro lugar, não apresentou a qualificação técnica exigida no Edital, tampouco ingressou com recurso requerendo prazo para adequação; 4) todos os encargos estão contemplados e discriminados na planilha de custos e formação de preços, cuja fórmula para se chegar aos valores inclui todos os requisitos trabalhistas e previdenciários, bem como que adota a regra estabelecida na Súmula 31 do STF, segundo a qual é inconstitucional a exigência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis; 5) o valor declarado na planilha referente ao salário do engenheiro diz respeito a parcela de remuneração devida ao profissional em regime de participação distribuída pelos serviços discriminados, não correspondendo a remuneração integral estabelecida em contrato particular, com anuência do respectivo CREA-RJ; 6) a Certidão com a Fazenda Municipal está positiva, mas é de fácil leitura o texto que vem no rodapé, que diz que em caso de débitos, terá efeitos de negativa se complementada por Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município.

Por fim, requer que seja julgado improcedente o recurso e seja declarada vencedora do certame, com a respectiva adjudicação.

PROCESSO Nº 22304
DATA 11/09/23
Folhas Nº 66 Rubrica Felipe



A Comissão de Pregão I, em decisão de fls. 52/59, negou provimento ao recurso, aduzindo que: 1) quanto à alegação de falta de isonomia, o motivo da desclassificação da empresa primeira colocada (Efata Comércio & Serviços Ltda.) foi o descumprimento do item 18.1, considerando a divergência entre a referência dos atestados de capacidade técnica anexados à documentação no sistema e disponibilizados no SICAF; 2) as retificações efetuadas na planilha de custos não alteram a proposta base e muito menos o valor ofertado pela empresa, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União em diversos Acórdãos; 3) o Edital não faz menção à obrigatoriedade de mão de obra exclusiva, não podendo ser cobrado que a integralidade do salários dos profissionais seja coberta por essa contratação, bem como todos os custos decorrentes da contratação são de responsabilidade da contratada; 4) a Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal tem efeito de Certidão Negativa quando for complementada com a Certidão da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, conforme informado no corpo do próprio documento, corroborando o entendimento da recorrida.

Por fim, encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Serviços Públicos para pronunciamento de ordem técnica, na forma do item 24.2 do Edital.

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos, em manifestação de fls. 60/61, afirmou que “o exame de toda a documentação apresentada pela empresa foi avaliado com base nos parâmetros dos valores de referência da mencionada planilha, bem como na realidade do mercado”, bem como que “a equipe técnica da Secretaria Municipal de Serviços Públicos realizou a análise e aprovação da qualificação técnica, os atestados de capacidade técnica apresentados, bem como o catálogo dos veículos e todos estavam de acordo com as exigências editalícias”, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Finanças para análise técnica das alegações acerca da incidência do ISSQN às fls. 05.

Às fls. 64 o Setor de Fiscalização de Tributos afirmou que os serviços prestados tendo como tomador a Prefeitura irão sofrer retenção de acordo com o artigo 191, I da LC n. 124/2018, sendo o serviço pago ao prestador com o desconto do imposto retido.

É o relatório.



PROCESSO N° 22304
DATA 11 09 23
Folhas N° 68 Rubrica Felipe

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;*
 - b) julgamento das propostas;*
 - c) anulação ou revogação da licitação;*
 - d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*
 - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;*
 - e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;*
 - f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;*
- [...]*

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.” (sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:



[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 19.8 do edital assim dispõe:

“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal”.

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.



Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também incontestável que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, a Comissão de Pregão I se manifestou motivadamente acerca do recurso (fls. 52/59), negando provimento e encaminhando o processo à Secretaria requisitante para manifestação.

No mesmo sentido, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, em manifestação de fls. 60/61, ratificou o cumprimento de toda a documentação apresentada pela empresa recorrida, encaminhando os autos à Secretaria de Finanças para análise técnica acerca das alegações da incidência do ISSQN, cuja pasta se limitou a discorrer às fls. 64 de forma genérica acerca da retenção imposta pela Lei.

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



Salvo melhor juízo, necessária a análise da Subprocuradoria de Assuntos Tributários quanto a este ponto, considerando a ausência de expertise desta assessoria jurídica acerca da incidência ou não do ISS no caso do objeto licitado, dada a alegação da recorrida de que adota a regra contida na Súmula 31 do STF, segundo a qual é inconstitucional a exigência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis.

Quanto aos demais pontos impugnados, todos de caráter técnico, verifica-se que foram devidamente respondidos pelo Pregoeiro e pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Conforme explanado neste parecer, a análise do julgamento das propostas e do cumprimento dos requisitos de habilitação, inclusive da qualificação técnica das licitantes, incumbe ao Pregoeiro, o qual afirmou que a empresa classificada em primeiro lugar não atendia aos requisitos exigidos no Edital, motivo pelo qual foi inabilitada, não havendo que se falar em ausência de isonomia, sendo descabida aqui qualquer análise jurídica.

Ademais, o Pregoeiro, responsável pela análise da Planilha de Custos e Formação de Preços, afirmou que as retificações efetuadas na planilha de custos não alteraram a proposta base e muito menos o valor ofertado pela empresa, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União.

De fato, o TCU já se manifestou diversas vezes no sentido de que a desclassificação de licitantes por conta de erro material na apresentação da proposta fere os princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade, sendo medida de extremos rigor, que pode afastar do certame propostas mais vantajosas, com ofensa ao interesse público².

Veja-se o teor do Acórdão 1487/2019-Plenário, que se refere exatamente à existência de erros materiais ou omissões na planilha orçamentária:

“A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto”.

² Acórdão 1734/2009-Plenário.



PROCESSO Nº 22304
DATA 11/09/23
Folhas 11/72 Rubrica Felipe

Portanto, correta a decisão do Pregoeiro quanto à permissão de retificação da planilha pela recorrida.

Por fim, quanto à Certidão Positiva do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza apresentada pela recorrida às fls. 557 do processo licitatório, verifica-se que realmente consta no campo, "Observações" a menção de que *"No caso de apontar apenas notas de débitos ou, concomitantemente, processos relativos, exclusivamente, a créditos tributários em situação fiscal regular, a presente certidão terá efeitos de Negativa se complementada por Certidão da Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro que as notas de débito se encontram regularizadas"*.

Às fls. 556 consta a Certidão Positiva com Efeito de Negativa emitida pela Procuradoria da Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, onde consta que o débito de natureza ISS se encontra em situação "parcelada" com exigibilidade "suspensa". Sendo assim, sem prejuízo de opinião em contrário, correta a decisão do Pregoeiro.

Portanto, s.m.j., não assiste razão à recorrente, devendo, no entanto, ser analisada a questão posta acerca da incidência do ISS.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, apresenta-se as seguintes conclusões e orientações:

- 1) **opina-se pelo encaminhamento dos autos à Subprocuradoria de Assuntos Tributários para manifestação acerca da incidência do ISS no caso do objeto licitado, a fim de subsidiar a análise e decisão do Pregoeiro acerca da Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela recorrida às fls. 538/539 do processo licitatório, dada a alegação da recorrente no item IV.1 do recurso (fls. 05) e da resposta da recorrida de que adota a regra contida na Súmula 31 do STF, segundo a qual é inconstitucional a exigência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis;**



22304
11 09 23
73 Felipe

- 2) após, pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência e adoção das providências necessárias à consecução do certame.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 11 de setembro de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347



Processo Administrativo nº 22.304/2023
Requerente: Secretaria de Serviços Públicos
Interessado: Talimaq Construtora
Assunto: ISSQN

PROCESSO Nº 22304
DATA 11.09.23
Folhas Nº 74 Rubrica 2412

No contrato de locação de bens móveis puro, isto é, onde a contração recai exclusivamente sobre o bem, há a transferência da posse do bem ao locatário, em cumprimento a verdadeira obrigação de dar coisa certa. Nesses casos (locação pura), não há tributação pelo imposto sobre serviço de qualquer natureza – ISSQN, nos termos da Súmula Vinculante STF nº 31: “É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS sobre operações de locação de bens móveis.”

Entretanto, o fornecimento de operador de equipamento, com a finalidade de dar-lhe o uso adequado, desnatura a locação, dando lugar à denominada operação mista, caracterizando, assim, a prestação de um serviço. Surge, neste caso, uma obrigação de fazer.

Dessa forma, caso o locador forneça mão de obra para prestar algum serviço que utilize o bem, como o motorista do veículo locado, será caracterizada prestação de serviço tributável pelo ISSQN, pois o bem será o instrumento da prestação.

Nesse sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, veja-se:

EMENTA DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA. INCIDÊNCIA EM CONTRATOS MISTOS. LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIO COM OPERADORES. RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA SÚMULA VINCULANTE 31. DESCABIMENTO.

A Súmula Vinculante 31, que assenta a inconstitucionalidade da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS nas operações de locação de bens móveis, somente pode ser aplicada em relações contratuais complexas se a locação de bens móveis estiver claramente segmentada da prestação de serviços, seja no que diz com o seu objeto, seja no que concerne ao valor específico da contrapartida financeira. Hipótese em que contratada a locação de maquinário e equipamentos conjuntamente com a disponibilização de mão de





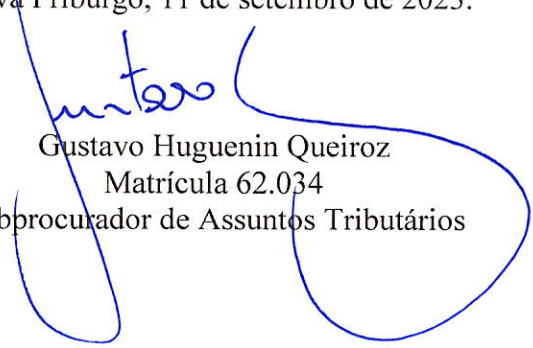
obra especializada para operá-los, sem haver, contudo, previsão de remuneração específica da mão de obra disponibilizada à contratante. Baralhadas as atividades de locação de bens e de prestação de serviços, não há como acolher a presente reclamação constitucional. Agravo regimental conhecido e não provido.

(Rcl 14290 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 22/05/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-118 DIVULG 18-06-2014 PUBLIC 20-06-2014 RTJ VOL-00238-01 PP-00088)

Face ao exposto, manifesto-me no sentido de que o caso não versa sobre locação pura, mas, sim, sobre operação mista, sobre a qual deve incidir o ISSQN.

À Comissão de Pregão I.

Nova Friburgo, 11 de setembro de 2023.


Gustavo Huguenin Queiroz
Matrícula 62.034
Subprocurador de Assuntos Tributários



Processo Nº:	22.304 / 13
Rubrica	Jan
Fls:	76

Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Planilha de custos e formação de preços

5 mensagens

Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

14 de setembro de 2023 às 12:35

Para: comercial@ilumisul.com

Boa tarde!

Conforme o entendimento da Subsecretaria de Assuntos Tributários, caberá o recolhimento de ISSQN sobre o serviço que figura como objeto do PE 113/2023.

Por conseguinte, solicito o envio de Planilha de Custos e Formação de Preços (última enviada) retificada, considerando a incidência de 3% do referido imposto.

Aguardamos o envio da nova planilha para finalização da decisão.

Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro

Comissão de Pregão I.



Manifestação da Subsecretaria de Assuntos Tributários acerca de ISSQN.PDF

62K

joselias.junior@ilumisul.com <joselias.junior@ilumisul.com>

14 de setembro de 2023 às 16:33

Para: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Boa tarde Prezados,

Segue anexo Planilha de Custos e Formação de Preços readequada conforme solicitado. Agradecemos desde já, e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos futuros.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO

At.te

JOSELIAS DA SILVA JÚNIOR

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA

CNPJ: 12.917.98/0001-89

Em 14/09/2023 12:35, Licitação PMNF escreveu:

Boa tarde!

Conforme o entendimento da Subsecretaria de Assuntos Tributários, caberá o recolhimento de ISSQN sobre o serviço que figura como objeto do PE 113/2023.

Por conseguinte, solicito o envio de Planilha de Custos e Formação de Preços (última enviada) retificada, considerando a incidência de 3% do referido imposto.

Aguardamos o envio da nova planilha para finalização da decisão.

Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro
Comissão de Pregão I.

Processo Nº:	22.304/23
Rubrica	77

2 anexos

Manifestação da Subsecretaria de Assuntos Tributários acerca de ISSQN.PDF
62K



COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA PROPOSTA FINAL ISS (2).pdf
782K

Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>
Para: joselias.junior@ilumisul.com

15 de setembro de 2023 às 10:19

Bom dia!

Recebido.

Atenciosamente,

Comissão de Pregão I.

m qui., 14 de set. de 2023 às 16:34, <joselias.junior@ilumisul.com> escreveu:

Boa tarde Prezados,

Segue anexo Planilha de Custos e Formação de Preços readequada conforme solicitado.
Agradecemos desde já, e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos futuros.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO

At.te

JOSELIAS DA SILVA JÚNIOR
ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA
CNPJ: 12.917.98/0001-89

Em 14/09/2023 12:35, Licitação PMNF escreveu:

Boa tarde!

Conforme o entendimento da Subsecretaria de Assuntos Tributários, caberá o recolhimento de ISSQN sobre o serviço que figura como objeto do PE 113/2023.

Por conseguinte, solicito o envio de Planilha de Custos e Formação de Preços (última enviada) retificada, considerando a incidência de 3% do referido imposto.

Aguardamos o envio da nova planilha para finalização da decisão.

Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro
Comissão de Pregão I.

Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>
Para: joselias.junior@ilumisul.com

15 de setembro de 2023 às 16:02

Boa tarde.

Solicito nova correção na planilha e que seja acertado o valor do ISSQN, **a planilha deve bater com o valor final apresentado na proposta readequada.**

Segue o modelo enviado anteriormente com os valores aceitos.

Atenciosamente

Comissão de Pregão I

Processo Nº:	22.304/23
Rubrica	78
Fis:	78

Em qui., 14 de set. de 2023 às 16:34, <joselias.junior@ilumisul.com> escreveu:

Boa tarde Prezados,

Segue anexo Planilha de Custos e Formação de Preços readequada conforme solicitado. Agradecemos desde já, e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos futuros.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO

At.te

JOSELIAS DA SILVA JÚNIOR
ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA
CNPJ: 12.917.98/0001-89

Em 14/09/2023 12:35, Licitação PMNF escreveu:

Boa tarde!

Conforme o entendimento da Subsecretaria de Assuntos Tributários, caberá o recolhimento de ISSQN sobre o serviço que figura como objeto do PE 113/2023.

Por conseguinte, solicito o envio de Planilha de Custos e Formação de Preços (última enviada) retificada, considerando a incidência de 3% do referido imposto.

Aguardamos o envio da nova planilha para finalização da decisão.

Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro
Comissão de Pregão I.

 **PROPOSTA-FINAL 16-08.zip**
1561K

joselias.junior@ilumisul.com <joselias.junior@ilumisul.com>
Para: Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

15 de setembro de 2023 às 16:56

Boa tarde,

segue anexo planilha com as correções solicitadas.

At.te

JOSELIAS DA SILVA JÚNIOR

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA
CNPJ: 12.917.98/0001-89

Processo Nº:	22304	23
Rubrica	RM	Fls: 79

Em 15/09/2023 16:02, Licitação PMNF escreveu:

Boa tarde.

Solicito nova correção na planilha e que seja acertado o valor do ISSQN, **a planilha deve bater com o valor final apresentado na proposta readequada.**

Segue o modelo enviado anteriormente com os valores aceitos.

Atenciosamente

Comissão de Pregão I

Em qui., 14 de set. de 2023 às 16:34, <joselias.junior@ilumisul.com> escreveu:

Boa tarde Prezados,

Segue anexo Planilha de Custos e Formação de Preços readequada conforme solicitado.
Agradecemos desde já, e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos futuros.

FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO

At.te

JOSELIAS DA SILVA JÚNIOR
ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA
CNPJ: 12.917.98/0001-89

Em 14/09/2023 12:35, Licitação PMNF escreveu:

Boa tarde!

Conforme o entendimento da Subsecretaria de Assuntos Tributários, caberá o recolhimento de ISSQN sobre o serviço que figura como objeto do PE 113/2023.

Por conseguinte, solicito o envio de Planilha de Custos e Formação de Preços (última enviada) retificada, considerando a incidência de 3% do referido imposto.

Aguardamos o envio da nova planilha para finalização da decisão.

Atenciosamente,

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro
Comissão de Pregão I.

2 anexos



PROPOSTA-FINAL 16-08.zip

1561K



COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA PROPOSTA FINAL ISS.pdf

156K

Processo Nº:	22.304/23
Rubrica	80

Proposta de PREÇO

ANEXO - II

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3904/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ILUMISUL
Soluções Urbanas e Luminotécnica

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

A empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA EPP estabelecida na AV. ALMIRANTE BARROSO, 72, 312, CENTRO, RIO DE JANEIRO RJ, inscrita no CNPJ sob nº 12.917.918/0001-89, neste ato representada por GUILHERME DE MORAIS GUEDES, SÓCIO DIRETOR, RG22013829-2 CPF12034948742, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 113/2023 em epígrafe que tem por objeto **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme PLANILHAS ANEXAS.**

VALOR PROPOSTO: R\$ 3.318.500,00

Dados bancários:

Banco: SANTANDER 033

Agência: 3677

Conta: 13.004.330-1

A validade desta proposta é de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.



12.917.918/0001-89
ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E
LUMINOTÉCNICA LTDA.-EPP
Av. Almirante Barroso, 72 - 3º Andar, Sala 312
Centro - CEP 20031-001
RIO DE JANEIRO - RJ

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA

CNPJ: 12.917.918-0001/89

GUILHERME DE MORAIS GUEDES – SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF 120.349.487-42

www.ilumisul.com

Avenida Almirante Barroso, 72, 3º andar, sala 312, Centro, Rio de Janeiro, RJ, 20.031-001

comercial@ilumisul.com / (21) 975151035.

PROPOSTA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO 113/2023

ILUMISUL
 Soluções Urbanas e Luminotécnica

01 - NOME DO ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Serviços Públicos		02 - ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo - RJ 28613-001			
03 - ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ TER OS CAMPOS DE Nº 10 E 11 PREENCHIDOS PELA EMPRESA E DEVOLVIDO NO ENDEREÇO ACIMA OU PELO EMAIL.					
04 - PRAZO: 24 MESE		05 - LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo			
06 - ITEM	07 - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	08 - U/C	09 - QUANT.		
		10 - UNITÁRIO	11 - TOTAL		
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA <ul style="list-style-type: none"> ● Caminhão com cesto aéreo, preparado para a função de troca de lâmpadas, adaptado com sistema de proteção contra descargas elétricas, com cesto aéreo simples, isolado, em fibra de vidro com capacidade mínima para 120 kgf, sendo sua integridade e condições periodicamente verificadas. Potência mínima de 180cv, movido a diesel, carroceria fixa, alcance mínimo vertical (do solo) a aproximadamente 17m, com duplo comando, ângulo de giro de 360°, sirene de ré e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, com motorista, eletricitista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Com no máximo 03 (três) anos de utilização tanto do veículo como do cesto aéreo. ● Conjunto de ferramentas e equipamentos; ● Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante; ● 2 (dois) operadores/motoristas devidamente habilitados com curso de Primeiros Socorros; ● 2 (dois) eletricitistas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública e podas de arborização urbana. ● Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 7hs e 16hs e das 19hs as 4hs; ● Fornecimento de manutenção dos caminhões; ● Fornecimento de combustível; ● Seguro contra terceiros; ● Prazo de execução de 24 meses; ● A Contratada deverá dispor de garagem/galão para estacionamento dos veículos. 	Meses	24	R\$ 47.083,33	R\$ 1.130.000,00
2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PEQUENO PORTE ILUMINAÇÃO PÚBLICA <ul style="list-style-type: none"> ● Caminhões pequeno porte com cesto aéreo. Preparado para a função de troca de lâmpadas, adaptado com sistema de proteção contra descargas elétricas, com cesto aéreo simples, isolado, em fibra de vidro com capacidade mínima para 120 kgf, sendo sua integridade e condições periodicamente verificadas. Potência mínima de 150cv. Caminhão pequeno porte com cesto aéreo. Carroceria aberta e metálica, alcance mínimo vertical (do solo) a aproximadamente 9m, com duplo comando, ângulo de giro de 360°, sirene de ré e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, com motorista, eletricitista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Com no máximo 03 (três) anos de utilização tanto do veículo como do cesto aéreo. ● Conjunto de ferramentas e equipamentos; ● Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante; ● 4 (quatro) operadores/motoristas devidamente habilitados com curso de Primeiros Socorros; ● 4 (quatro) eletricitistas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública e podas de arborização urbana. ● Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 7hs e 16hs e das 19hs as 4hs; ● Fornecimento de manutenção dos caminhões; ● Fornecimento de combustível; ● Seguro contra terceiros; ● Prazo de execução de 24 meses; ● A Contratada deverá dispor de garagem/galão para estacionamento dos veículos. 	Meses	24	R\$ 50.000,00	R\$ 1.200.000,00
3	LOCAÇÃO DE CAMINHONETE PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA <ul style="list-style-type: none"> ● Veículo médio, tipo picape com escada central hidráulica. Veículo caminhonete cabine simples, na cor branca, o qual deverá obter a carroceria especificada, carroceria fabricada em alumínio com suporte de escadas laterais, com escada central eletro-hidráulica com ângulo de giro de 360°, alcance mínimo de 7 (sete) metro e armário para ferramentas, a ser montada em veículos pré-indicados para uso em serviços de troca de lâmpadas, isolado, em fibra de vidro, adaptado com sistema de proteção contra descargas elétricas. Peso bruto total aproximado: 3.000kg, capacidade máxima de tração mínimo: 5.800kg, incluído rebouque, entre eixos: 3.085 a 3.100mm, dimensões aproximadas do veículo - comprimento x largura x altura [mm]: 5.330 x 1800 x 1795 mm. Deverá conter ainda sirene de ré e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, com motorista, eletricitista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Com no máximo 03 (três) anos de utilização. A adaptação de sobrepeso na carroceria da veículo deverá receber reforços nos pontos de fixação no chassi, se exigíveis. É necessário identificar um estudo de distribuição de cargas para o veículo em questão, obedecendo a tara dos eixos do veículo fornecido pelo fabricante. As especificações da caçamba/carroceria do veículo são as dimensões existentes do veículo para instalação: Comprimento: 2350 mm x largura: 1575 mm x altura: 841 mm, a depender do modelo/referência. A configuração da carroceria compartimentada deverá envolver o chassi e o rodado traseiro do veículo, configurando um conjunto harmônico, com acesso por trás e deverá possuir pegador para facilitar o acesso do operador. ● Conjunto de ferramentas e equipamentos; ● Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante; ● 2 (dois) operador/motorista devidamente habilitados com curso de Primeiros Socorros; ● 2 (dois) eletricitistas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública e podas de arborização urbana. ● Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 7hs e 16hs e das 19hs as 4hs; ● Fornecimento de manutenção dos caminhões; ● Fornecimento de combustível; ● Seguro contra terceiros; ● Prazo de execução de 24 meses; ● A Contratada deverá dispor de garagem/galão para estacionamento dos veículos. 	Meses	24	R\$ 16.645,83	R\$ 399.500,00
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA <ul style="list-style-type: none"> ● Veículo leve com carroceria. Com capacidade para 4 pessoas, motorização mínima 1.4, direção hidráulica, ar condicionado. Veículo com a função para suporte a equipes da iluminação pública, utilizado para serviços de escadas, velas, becos e também para utilização de marcação de pontos a realizar manutenção, com todos equipamentos obrigatórios pelo DETRAN, com motorista, eletricitista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Veículo, com Lona, com no máximo 03 (três) anos de utilização. ● Conjunto de ferramentas e equipamentos; ● Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante; ● 2 (dois) operador/motorista devidamente habilitados com curso de Primeiros Socorros; ● 2 (dois) eletricitistas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública e podas de arborização urbana. ● Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 7hs e 16hs e das 19hs as 4hs; ● Fornecimento de manutenção dos caminhões; ● Fornecimento de combustível; ● Seguro contra terceiros; ● Prazo de execução de 24 meses; ● A Contratada deverá dispor de garagem/galão para estacionamento dos veículos. 	Meses	24	R\$ 12.458,33	R\$ 299.000,00
5	Profissional Habilitado com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto licitado, engenheiro eletricitista, que atuará como Responsável Técnico da empresa perante os serviços executados. Comprovação da capacitação técnico-operacional, e profissional dos responsáveis técnico, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, relativos a serviços equivalentes e de características semelhantes ao objeto da presente licitação onde serão consideradas parcelas de maior relevância, com no mínimo de 2 anos de formado.	Meses	24	R\$ 5.916,67	R\$ 142.000,00
6	Profissional Habilitado na área de Segurança do Trabalho que atuará como responsável técnico dos serviços objeto desse termo de referência. Comprovação da capacitação técnico-operacional, e profissional dos responsáveis técnico, mediante apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, relativos a serviços equivalentes e de características semelhantes ao objeto da presente licitação onde serão consideradas parcelas de maior relevância, com no mínimo de 2 anos de formado.	Meses	24	R\$ 6.166,67	R\$ 148.000,00
TOTAL:				R\$ 3.318.500,00	
DECLARAMOS INTEIRA SUBMISSÃO AOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93		VALIDADE DA PROPOSTA:		180 dias	
NOME DA EMPRESA: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA		NOME DO BANCO: SANTANDER 033			
ENDEREÇO: AV. ALMIRANTE BARROSO, 72, 312, RIO DE JANEIRO RJ		AGÊNCIA:		3677	
TELEFONE: 11 - 986971951		E-MAIL: COMERCIAL@ILUMISUL.COM		Nº DA CONTA: 13004330-1	
CNPJ: 129179180001-89		INSC. ESTADUAL: 87.308.685			
EM:	14/04/2023	Assinatura /Carimbo:			

ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA
 CNPJ: 12.917.918-0001/89
 GUILHERME DE MORAIS GUEDES - SÓCIO ADMINISTRADOR
 CPF 120.349.487-42

12.917.918/0001-89
 ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA - EPP
 Av. Almirante Barroso, 72 - 3º Andar, Sala 312
 Centro - CEP 20031-001
 RIO DE JANEIRO - RJ

I - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GRANDE	II - MÃO DE OBRA: R\$ 8.671,88			
	Remunerações	%	Valor	
	Salário		RS 8.671,88	
	Adicionais			
	Outros (especificar)			
	Valor da Remuneração		RS 8.671,88	
	Valor da Reserva Técnica			
	III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 5.694,47			
	Grupo A	%	Valor	
	INSS	20,00%	RS 1.734,38	
II - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PEQUENO	II - MÃO DE OBRA: R\$ 19.078,14			
	Remunerações	%	Valor	
	Salário		RS 17.343,76	
	Adicionais		RS 1.734,38	
	Outros (especificar)			
	Valor da Remuneração		RS 19.078,14	
	Valor da Reserva Técnica			
	III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 12.505,77			
	Grupo A	%	Valor	
	INSS	20,00%	RS 3.815,63	
III - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PEQUENO	II - MÃO DE OBRA: R\$ 5.116,41			
	Remunerações	%	Valor	
	Salário		RS 5.116,41	
	Adicionais			
	Outros (especificar)			
	Valor da Remuneração		RS 5.116,41	
	Valor da Reserva Técnica			
	III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 3.353,85			
	Grupo A	%	Valor	
	INSS	20,00%	RS 1.023,29	
IV - INSUMOS + VEÍCULOS	IV - INSUMOS + VEÍCULOS			
	Descrição	%	Valor	
	Material de Consumo	1%	RS 51,17	
	Alimentação e Hospedagem			
	Passagens			
	Depreciação de Equipamentos	3%	RS 153,50	
	Valor Alimentação		RS 204,66	
	Outros (Caminhão com Cesto Aéreo)		RS 426,36	
	Valor dos Insumos		RS 705,85	
	Outros (Caminhão com Cesto Aéreo)		RS 426,36	
V - PROVISÃO P/ RESCISÃO	V - PROVISÃO P/ RESCISÃO			
	Descrição	%	Valor	
	Remuneração		RS 279,49	
	Encargos Sociais		RS 279,49	
	Valor		RS 558,98	
	Despesas Administrativas Operacionais	0,00%	RS 0,00	
	Lucro	1,72%	RS 860,00	
	Valor		RS 1.877,66	
	VII - TRIBUTOS			
	Descrição	%	Valor	
VI - DEMAIS COMPONENTES	VI - DEMAIS COMPONENTES			
	Descrição	%	Valor	
	ISSQN	3,00%	RS 499,38	
	COFINS	0,65%	RS 108,20	
	PIS	0,65%	RS 108,20	
	C.SOCIAL	2,88%	RS 479,40	
	IRPJ	4,75%	RS 790,68	
	OUTROS			
	Valor		RS 1.877,66	
VII - TOTAL DOS SERVIÇOS	VII - TOTAL DOS SERVIÇOS			
	Items	%	Valor	
	II + III + IV + V + VI + VII	100%	RS 16.645,83	
VIII - TOTAL DOS SERVIÇOS	VIII - TOTAL DOS SERVIÇOS			
	Items	%	Valor	
	II + III + IV + V + VI + VII	100%	RS 47.083,33	
I - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO GRANDE	II - MÃO DE OBRA: R\$ 8.671,88			
	Remunerações	%	Valor	
	Salário		RS 8.671,88	
	Adicionais			
	Outros (especificar)			
	Valor da Remuneração		RS 8.671,88	
	Valor da Reserva Técnica			
	III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 5.694,47			
	Grupo A	%	Valor	
	INSS	20,00%	RS 1.734,38	
II - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PEQUENO	II - MÃO DE OBRA: R\$ 19.078,14			
	Remunerações	%	Valor	
	Salário		RS 17.343,76	
	Adicionais		RS 1.734,38	
	Outros (especificar)			
	Valor da Remuneração		RS 19.078,14	
	Valor da Reserva Técnica			
	III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 12.505,77			
	Grupo A	%	Valor	
	INSS	20,00%	RS 3.815,63	
III - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PEQUENO	II - MÃO DE OBRA: R\$ 5.116,41			
	Remunerações	%	Valor	
	Salário		RS 5.116,41	
	Adicionais			
	Outros (especificar)			
	Valor da Remuneração		RS 5.116,41	
	Valor da Reserva Técnica			
	III - ENCARGOS SOCIAIS: R\$ 3.353,85			
	Grupo A	%	Valor	
	INSS	20,00%	RS 1.023,29	
IV - INSUMOS + VEÍCULOS	IV - INSUMOS + VEÍCULOS			
	Descrição	%	Valor	
	Material de Consumo	1%	RS 51,17	
	Alimentação e Hospedagem			
	Passagens			
	Depreciação de Equipamentos	3%	RS 153,50	
	Valor Alimentação		RS 204,66	
	Outros (Caminhão com Cesto Aéreo)		RS 426,36	
	Valor dos Insumos		RS 705,85	
	Outros (Caminhão com Cesto Aéreo)		RS 426,36	
V - PROVISÃO P/ RESCISÃO	V - PROVISÃO P/ RESCISÃO			
	Descrição	%	Valor	
	Remuneração		RS 279,49	
	Encargos Sociais		RS 279,49	
	Valor		RS 558,98	
	Despesas Administrativas Operacionais	0,00%	RS 0,00	
	Lucro	1,72%	RS 860,00	
	Valor		RS 1.877,66	
	VII - TRIBUTOS			
	Descrição	%	Valor	
VI - DEMAIS COMPONENTES	VI - DEMAIS COMPONENTES			
	Descrição	%	Valor	
	ISSQN	3,00%	RS 499,38	
	COFINS	0,65%	RS 108,20	
	PIS	0,65%	RS 108,20	
	C.SOCIAL	2,88%	RS 479,40	
	IRPJ	4,75%	RS 790,68	
	OUTROS			
	Valor		RS 1.877,66	
VII - TOTAL DOS SERVIÇOS	VII - TOTAL DOS SERVIÇOS			
	Items	%	Valor	
	II + III + IV + V + VI + VII	100%	RS 16.645,83	
VIII - TOTAL DOS SERVIÇOS	VIII - TOTAL DOS SERVIÇOS			
	Items	%	Valor	
	II + III + IV + V + VI + VII	100%	RS 47.083,33	

VI - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO			
VI Profissional Habilitado na área de Segurança do Trabalho que atuou como responsável técnico dos serviços de segurança (técnico, mediante apresentação de um ou mais atestados profissionais) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome do licitante, realizou a serviços específicos e de caráter técnico, sem ônus de menor retribuição, com no mínimo de 2 anos de jornada.			
II - MÃO DE OBRA:		R\$ 2.523,00	
Remunerações		%	Valor
Salário			R\$ 2.374,58
Adicionais			R\$ 148,42
Outros (especificar)			
Valor da Remuneração			R\$ 2.523,00
III - ENCARGOS SOCIAIS:		R\$ 1.653,85	
Grupo A		%	Valor
INSS		20,00%	R\$ 504,60
SESI OU SESC		2,50%	R\$ 63,08
SENAI OU SENAC		0,00%	R\$ 0,00
INCRÁ		1,50%	R\$ 37,85
Salário Educação		1,00%	R\$ 25,23
FGTS		0,60%	R\$ 15,14
Seguro Acidente de Trabalho		0,20%	R\$ 5,05
SEBRAE		8,00%	R\$ 201,84
Grupo B		%	Valor
Férias		20,63%	R\$ 489,89
Auxílio Doença			
Licença Paternidade/Maternidade			
Aviso Prévio		4,25%	R\$ 100,92
13º Salário		8,85%	R\$ 210,25
Valor dos Encargos Sociais		69,65%	R\$ 1.653,85
Valor de Mão de Obra (remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)			R\$ 4.176,85
IV - INSUMOS		R\$ 0,00	
Descrição		%	Valor
Material de Consumo			
Alimentação e Hospedagem			
Passagens			
Depreciação de Equipamentos			
Vale Alimentação			
Valor dos Insumos			
Outros (Caminhão com Cesto Aéreo)			
V - PROVISÃO P/ RESCISÃO		R\$ 356,69	
Descrição		%	Valor
Remuneração			R\$ 210,25
Encargos Sociais			R\$ 146,44
VI - DEMAIS COMPONENTES		R\$ 629,18	
Descrição		%	Valor
Despesas Administrativas Operacionais		0,00%	
Lucro		10,20%	R\$ 629,18
VII - TRIBUTOS		R\$ 1.003,95	
Descrição		%	Valor
ISSQN		5,00%	R\$ 308,34
COFINS		3,00%	R\$ 185,00
PIS		0,65%	R\$ 40,09
C.SOCIAL		2,88%	R\$ 177,60
IRPJ		4,75%	R\$ 292,92
OUTROS			
VIII - TOTAL DOS SERVIÇOS		R\$ 12.458,33	
Itens		%	Valor
II + III + IV + V + VI + VII		100%	R\$ 6.166,67

V - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: ENGENHEIRO ELETRICISTA			
V Profissional Habilitado com Responsabilidade Técnica referente ao objeto licitado, engenheiro eletricista, que atuou como Responsável Técnico da Empresa para os serviços executados. Compreende a elaboração de projetos elétricos, aplicação técnica-operacional, e profissional dos responsáveis técnicos, com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a segurança das instalações elétricas, realizadas a partir de projetos elétricos, em nome do licitante, realizou a serviços específicos e de caráter técnico, sem ônus de menor retribuição, com no mínimo de 2 anos de jornada.			
II - MÃO DE OBRA:		R\$ 2.183,75	
Remunerações		%	Valor
Salário			R\$ 2.183,75
Adicionais			
Outros (especificar)			
Valor da Remuneração			R\$ 2.183,75
III - ENCARGOS SOCIAIS:		R\$ 1.431,48	
Grupo A		%	Valor
INSS		20,00%	R\$ 436,75
SESI OU SESC		2,50%	R\$ 54,60
SENAI OU SENAC		0,00%	R\$ 0,00
INCRÁ		1,50%	R\$ 32,76
Salário Educação		1,00%	R\$ 21,84
FGTS		0,60%	R\$ 13,11
Seguro Acidente de Trabalho		0,20%	R\$ 4,37
SEBRAE		8,00%	R\$ 174,70
Grupo B		%	Valor
Férias		19,42%	R\$ 424,02
Auxílio Doença			
Licença Paternidade/Maternidade			
Aviso Prévio		4,00%	R\$ 87,35
13º Salário		8,33%	R\$ 181,98
Valor dos Encargos Sociais		65,55%	R\$ 1.431,48
Valor de Mão de Obra (remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)			R\$ 3.615,23
IV - INSUMOS		R\$ 0,00	
Descrição		%	Valor
Material de Consumo			
Alimentação e Hospedagem			
Passagens			
Depreciação de Equipamentos			
Vale Alimentação			
Valor dos Insumos			
Outros (Caminhão com Cesto Aéreo)			
V - PROVISÃO P/ RESCISÃO		R\$ 301,28	
Descrição		%	Valor
Remuneração			R\$ 181,98
Encargos Sociais			R\$ 119,30
VI - DEMAIS COMPONENTES		R\$ 299,01	
Descrição		%	Valor
Despesas Administrativas Operacionais		0,00%	
Lucro		5,05%	R\$ 299,01
VII - TRIBUTOS		R\$ 1.701,15	
Descrição		%	Valor
ISSQN		5,00%	R\$ 295,84
COFINS		3,00%	R\$ 373,75
PIS		0,65%	R\$ 80,98
C.SOCIAL		2,88%	R\$ 358,80
IRPJ		4,75%	R\$ 591,78
OUTROS			
VIII - TOTAL DOS SERVIÇOS		R\$ 5.916,67	
Itens		%	Valor
II + III + IV + V + VI + VII		100%	R\$ 5.916,67

IV - DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO LEVE COM CARROÇERIA			
IV Veículo leve com carroceria. Com capacidade para 4 pessoas, motorização mínima 1,4, direção hidráulica, ar condicionado. Veículo com o função para suporte a equipe de iluminação pública, utilizado para serviços de escadas, vãos, becos e também para utilização de marcação de portais a realizar manutenção, com todos equipamentos obrigatórios pelo DETRAN, com motorização, elétrica, combustível e manutenção total por conta da contratada. Veículo, com teto, com no máximo 03 (três) anos de utilização.			
II - MÃO DE OBRA:		R\$ 5.436,19	
Remunerações		%	Valor
Salário			R\$ 5.116,41
Adicionais			R\$ 319,78
Outros (especificar)			
Valor da Remuneração			R\$ 5.436,19
III - ENCARGOS SOCIAIS:		R\$ 3.563,47	
Grupo A		%	Valor
INSS		20,00%	R\$ 1.087,24
SESI OU SESC		2,50%	R\$ 135,91
SENAI OU SENAC		0,00%	R\$ 0,00
INCRÁ		1,50%	R\$ 81,55
Salário Educação		1,00%	R\$ 54,37
FGTS		0,60%	R\$ 32,62
Seguro Acidente de Trabalho		0,20%	R\$ 10,88
SEBRAE		8,00%	R\$ 434,90
Grupo B		%	Valor
Férias		20,63%	R\$ 1.055,53
Auxílio Doença			
Licença Paternidade/Maternidade			
Aviso Prévio		4,25%	R\$ 217,45
13º Salário		8,85%	R\$ 453,02
Valor dos Encargos Sociais		69,65%	R\$ 3.563,47
Valor de Mão de Obra (remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais)			R\$ 8.999,66
IV - INSUMOS		R\$ 1.070,53	
Descrição		%	Valor
Material de Consumo		1%	R\$ 54,37
Alimentação e Hospedagem			
Passagens			
Depreciação de Equipamentos			
Vale Alimentação		3%	R\$ 163,09
Valor dos Insumos			R\$ 217,46
Outros (Caminhão com Cesto Aéreo)			R\$ 853,07
V - PROVISÃO P/ RESCISÃO		R\$ 768,54	
Descrição		%	Valor
Remuneração			R\$ 453,02
Encargos Sociais			R\$ 315,52
VI - DEMAIS COMPONENTES		R\$ 214,29	
Descrição		%	Valor
Despesas Administrativas Operacionais		0,00%	R\$ 0,00
Lucro		1,72%	R\$ 214,29
VII - TRIBUTOS		R\$ 1.405,31	
Descrição		%	Valor
ISSQN		3,00%	R\$ 373,75
COFINS		0,65%	R\$ 80,98
PIS		2,88%	R\$ 358,80
IRPJ		4,75%	R\$ 591,78
OUTROS			
VIII - TOTAL DOS SERVIÇOS		R\$ 12.458,33	
Itens		%	Valor
II + III + IV + V + VI + VII		100%	R\$ 12.458,33

Comissão de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/2023.

Processo Licitatório nº: 3.904/2023

Processo Recurso nº: 22.304/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, com veículos adaptados, operador/motorista e eletricitas, para que a CONTRATADA realize os serviços de troca de lâmpadas em todo Parque de Iluminação Pública do Município de Nova Friburgo, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ: ° 07.319.674/0001- 00, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 22.304/2023.

I. DAS PRELIMINARES



Comissão de Pregão I

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 16/08/2023. Conforme consta em Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 3.904/2023, a empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 a 6.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a impugnante que, não obstante terem sido oportunizadas reiteradas chances para que fosse corrigida a "Planilha de custos e formação de preços" apresentada pela empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, o referido documento teria sido aceito ainda contendo erros. Ademais, argumenta que não teria sido dispensado tratamento isonômico às concorrentes, já que a primeira colocada não teve oportunidade de complementar a sua documentação.

Menciona, ainda, que a recorrida teria apresentado a Certidão de Regularidade Fiscal Positiva com a Fazenda Municipal de sua sede, juntamente com uma Certidão emitida pela Procuradoria Municipal do Rio de Janeiro, afirmando que tal débito estaria parcelado. Argumenta que, como a empresa poderia simplesmente ter negociado seus impostos para ter a exigibilidade suspensa dos créditos tributários somente para obter uma certidão positiva com efeitos de negativa, seria necessário diligenciar para ratificar que a certidão emitida seja condizente com a realidade atual da recorrida.

DN

Comissão de Pregão I

Ante aos fatos narrados e as razões de direito acima aduzidos pela peticionária, na esteira do exposto, requer-se:

- a. Seja reconhecida a tempestividade do recurso;
- b. Seja julgado provido o presente recurso, outrossim, lastreada nas razões recursais, com efeito para que o Gestor, o pregoeiro e sua equipe reconsiderem a decisão e reconheçam a desclassificação e inabilitação da empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, pelos motivos já expostos acima, e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8.666/93.

III. DAS CONTRARRAZÕES

Em síntese, a empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA alega que, após diversas correções e ajustes de resultados matemáticas, todas no âmbito de erros formais, em que inclusive foram ajustados os critérios de arredondamento, se para cima ou para baixo, o Pregoeiro admitiu a Proposta como completa e alinhada aos requisitos formais para adjudicação e posterior assinatura de contrato, tendo em vista que o Valor Global ofertado no Pregão não sofreu mudança e nem acréscimo.

Quanto à afirmação da recorrente de que a "Planilha de custos e formação de preços" ainda conteria erros, a recorrida discorreu ponto a ponto acerca dos apontamentos apresentados pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA em suas razões recursais, classificando-os como infundados.

No tocante à alegação de que não teria sido dispensado tratamento isonômico às concorrentes, a recorrida argumenta que a primeira classificada

Comissão de Pregão I

(EFATA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA) não apresentou a qualificação técnica exigida no Edital, o que configura erro substancial não passível de correção, tanto que tal empresa nem chegou a recorrer após sua desclassificação. Já as oportunidades para correção das planilhas da recorrida teriam sido fruto da persistência do Pregoeiro em cumprir a apresentação correta sem se apegar a um formalismo rigoroso, mas buscando objetivamente a precisão na melhor proposta apresentada.

No que se refere à Certidão de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal, a recorrida alega que realmente sua Certidão com a Fazenda Municipal encontra-se positiva, mas como está complementada por Certidão da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, tem efeitos de Negativa.

Diante do exposto, requer que:

- c. Sejam julgadas procedentes as presentes Contrarrazões, com a consequente declaração de vitória da empresa: ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA e sua respectiva adjudicação;
- d. Seja julgado improcedente o Recurso impetrado pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA, com advertência pelos termos e intenções impostos aos demais participante do Processo;
- e. Subsidiariamente, sendo reconsiderada a decisão, se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso à autoridade que lhe for hierarquicamente e imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie.



Comissão de Pregão I

IV. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

O item 18.1 do Edital dispõe sobre a seguinte obrigatoriedade: "Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida." Quanto à alegação referente a falta de isonomia apresentada pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA em sua peça recursal às fls. 03 a 06, ressaltamos que o motivo da desclassificação da empresa primeira colocada (EFATA COMERCIO & SERVIÇOS LTDA) foi o descumprimento do item supramencionado, considerando a divergência entre a referência dos atestados de capacidade técnica anexados à documentação no sistema e disponibilizados no SICAF, constantes de fls. 486 a 520 do processo 3.904/2023, e o objeto da licitação em tela.

Em relação às solicitações para correção das planilhas de custos apresentadas pela empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTÉCNICA LTDA, frisamos que tais retificações não alteram a proposta base e muito menos o valor ofertado pela empresa, sendo inclusive recomendadas pelos Tribunais de Contas em vários acórdãos diferentes, conforme observamos a seguir:

O TCU da ciência à (omissis) que "(...) as omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não ensejam necessariamente a antecipada desclassificação das respectivas propostas, devendo a administração pública promover as adequadas diligências junto às licitantes para a devida correção das eventuais falhas, sem a alteração, contudo, do valor global originalmente proposto, em consonância, por exemplo, com

Ben



Comissão de Pregão I

os Acórdãos 2.546/2015, 1811/2014 e 187/2014, do Plenário do TCU; 9.4.2. a eventual preclusão do direito de recurso por perda de prazo, nos termos do art. 45, §1º, da Lei nº 12.462, de 2011, não se confunde com o poder-dever de a administração rever os seus atos eivados de ilegalidade, nos termos do art. 63, §2º da Lei nº 9.784, de 1999, e da Súmula nº 473 do STF."

(Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 830/2018, Plenário).

O TCU da ciência ao (omissis) de que "(...) o excesso de rigor e formalismo identificado na aferição das propostas técnicas fere o princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto no art. 3º da Lei 8.666/1993 e pode ser mitigado através de diligências, conforme dispõe o art. 43, §3º da Lei 8.666/1993; 9.4.2. a inobservância do princípio da isonomia, no tratamento desigual dado aos licitantes no cômputo da pontuação de suas propostas técnicas desrespeita o art. 3º da Lei 8.666/1993; 9.4.3. a falta de motivação dos atos administrativos, a exemplo da ausência, no processo licitatório objeto desta Representação, das razões para a desclassificação da representante, em desacordo com o disposto no art. 50, inciso I e §1º da Lei 9.784/1999."

Em

(Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 581/2018, Plenário).

Comissão de Pregão I

Já no tocante ao questionamento acerca do salário do engenheiro apresentado pela empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA, cabe observar que o Edital e seu termo de referência não fazem menção à obrigatoriedade de contratação de mão de obra exclusiva, portanto não se pode ser cobrado que a integralidade do salário dos funcionários seja coberto por essa contratação. Conforme doutrina relativa a contratos de serviços continuados ou não, que não envolvam dedicação exclusiva, a definição do valor devido pode ocorrer com base em planilha, sendo necessário, para tanto, ponderar a viabilidade de sua elaboração.

Cabe destacar que o Termo de Referência traz em seu item 12.1.5 como obrigação da contratada: "Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: encargos trabalhistas, previdenciários, despesas com alimentação, hospedagem, transporte e quaisquer outras que por ventura venham a ocorrer em relação aos seus contratados;", portanto todos os custos decorrentes da contratação são de responsabilidade da empresa.

No que se refere à Certidão de Regularidade Fiscal com a Fazenda Municipal, corroboramos o entendimento da recorrida de que se a Certidão com a Fazenda Municipal Positiva for complementada com a Certidão da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro informando que os débitos estão sendo regularizados, o efeito será de Certidão Negativa, conforme informado no corpo do próprio documento.



Comissão de Pregão I


V. DA DECISÃO

Considerando o já exposto por essa comissão e ratificando as manifestações da Secretaria Municipal de Serviços Públicos às fls. 60 a 64, e da Procuradoria Geral do Município às fls. 65 a 75, e após a solicitação por e-mail à empresa ILUMISUL SOLUÇÕES URBANAS E LUMINOTECNICA LTDA para que fosse encaminhada nova planilha com a inserção do tributo ISSQN a ser pago pela empresa conforme informação enviada pela Subprocuradoria de Assuntos Tributários, planilhas essas que foram recebidas por e-mail e devidamente juntadas a esse processo recursal e ao processo base nº: 3.904/2023.

Isso posto, com fulcro no art. 165, inciso II, § 2º da Lei Federal n.º 14.133/21, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa TALIMAQ CONSTRUTORA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 113/2023, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

E informo que será dado prosseguimento as etapas seguintes do processo.

Nova Friburgo, 18 de setembro de 2023.



Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934